

TRABALHO SOCIAL EM PROGRAMAS E PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

MANUAL TEMÁTICO

Vol **1**

Conhecimento e planejamento integrados



Créditos

Sumário

Apresentação	5
Primeiras palavras	6
Reconhecimento da área.....	9
Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)	9
Estudos para leitura da vulnerabilidade social e urbana	10
Mapas de Vulnerabilidade Social	11
Participação.....	15
Conhecer o território.....	17
Por dentro da comunidade	19
Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP)	19
História	19
Diretrizes	21
As fases da DRUP	21
Preparação.....	21
Levantamento em campo	24
Processamento e sistematização final dos dados	26
Produtos da DRUP	27
Pesquisa das associações da sociedade civil	30
Como fazer?	30
Mapeamento do mercado de trabalho	34
Como fazer?	35
Conhecimento da área de intervenção (Microárea ou poligonal)	39
Como fazer?	40
Investir no planejamento	47
Como fazer?	47
Etapas	47
Produtos do trabalho social	59
Glossário	60

Apresentação

Este kit é resultado de um dos inúmeros esforços do Ministério das Cidades (MCidades) de promover o fortalecimento e a ampliação do repertório de metodologias sociais utilizadas no âmbito de programas de urbanização de assentamentos precários. Hoje, no Brasil, pode-se afirmar que há um conhecimento consolidado acerca do trabalho social realizado de suporte às famílias beneficiadas diretamente com as obras de urbanização. Entretanto, percebe-se a necessidade de maior investimento no conhecimento do território e sua conexão com o restante da cidade, em ações de fortalecimento da sociedade civil e de geração de trabalho e renda, bem como na promoção da intersetorialidade da intervenção.

Indo ao encontro dessa demanda do MCidades, em especial da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), surge a colaboração do Projeto de Apoio Técnico e Social (PAT), financiado pelo Governo da Itália, mediante canal multilateral da Aliança de Cidades. Esse projeto tem como entidade executora a Fundação AVSI¹ que sistematizou suas metodologias mais relevantes referentes às necessidades do atual trabalho social.

Tais metodologias foram desenvolvidas em projetos de cooperação técnica internacional, com recursos garantidos e num volume superior àquele normalmente disponível num projeto de urbanização de favelas. Para que pudessem ser aplicadas e integrassem os padrões mínimos do componente social em programas de habitação de interesse social, foi feito um trabalho conjunto com a equipe da SNH e da Aliança de Cidades adaptando-as para serem implementadas em escala nacional, em conformidade com a nova normativa existente.

¹ A Fundação AVSI é uma organização não governamental (ONG), sem fins lucrativos, com sede na Itália e filial no Brasil cuja missão é apoiar o desenvolvimento humano nos países em desenvolvimento, com atenção especial à educação e à promoção da dignidade da pessoa em todas as suas expressões. Está presente em 38 países, sendo que no Brasil iniciou seus trabalhos em 1982.

Primeiras palavras

O Guia Metodológico e Prático – Conhecimento e Planejamento Integrados faz parte do kit temático *Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social*. Este material foi desenvolvido a partir da experiência da Fundação AVSI no Brasil, com o apoio da Cooperação Italiana em parceria com a Aliança de Cidades e o Ministério das Cidades.

A AVSI atua há 30 anos em programas de urbanização de assentamentos precários no país. Em seu trabalho, a fundação sempre teve como ponto de partida a visão de que a cidade deve ser capaz de oferecer serviços necessários para o desenvolvimento integral das pessoas, buscando também a integração entre a cidade formal e a informal.

As cidades, cada vez mais, têm múltiplos desafios para conseguir oferecer serviços adequados ao desenvolvimento integral dos seus habitantes. Entre eles estão: a garantia da qualidade de vida; a capacidade de se adaptar aos processos de migração; ser sustentável; e ainda preservar a identidade cultural.

A cidade deve ser capaz de oferecer serviços necessários para o desenvolvimento integral das pessoas

Para enfrentar tais desafios, é necessária uma abordagem ambiciosa, em escala ampla e multisetorial. Isso implica em superar a ideia de que a urbanização é um elemento setorial. É preciso reforçar a capacidade de estimular a participação de outros atores públicos e privados de forma articulada no território.

Nessa visão de cidade, o desenvolvimento social e o urbano devem ser pensados conjuntamente, promovendo uma forte integração das ações de infraestrutura básica e de habitação com oferta de serviços essenciais à população, como educação, saúde, assistência social, formação e trabalho, acesso à energia, ambiente, cultura e segurança.

Estudos realizados pela AVSI¹, com o objetivo de entender as relações entre algumas das variáveis mais significativas para o patrimônio local (moradia, trabalho e renda, saúde, educação, família e organização comunitária), mostraram que, para a melhora da qualidade da habitação, é necessário fortalecer, de forma integrada, ações de geração de renda, oportunidade de trabalho estável, melhoria da escolarização dos adultos (especialmente das mulheres) e menor analfabetismo. Esses estudos apontaram que a melhoria da qualidade da casa está estreitamente ligada a vários outros aspectos de desenvolvimento. Por isso, além das intervenções que buscam a redução da pobreza e a moradia digna para a população, também é preciso investir em outros aspectos para que os benefícios habitacionais sejam mantidos. Com essa visão integrada, é possível evitar o descuido da casa por parte dos beneficiários.

Nessas três décadas de atuação no Brasil, a AVSI esteve focada em áreas urbanas de grande pobreza de diferentes capitais (Região Metropolitana de Belo Horizonte – MG, Salvador - BA, Região Metropolitana de Recife - PE). Os trabalhos sempre buscaram a construção de projetos de desenvolvimento urbano em macroáreas, com a intenção de fortalecer o seu componente social.

As experiências acumuladas nesse período se basearam na necessidade de se pensar novas metodologias para: i) conhecimento e planejamento integrado; ii) execução direta de ações sociais (destaques para fortalecimento da sociedade civil e geração de trabalho e renda); e iii) estratégias interinstitucionais para garantir que o desenvolvimento urbano seja parte de um processo mais amplo e articulado com outros atores públicos e privados, buscando, assim, contribuir para o desenvolvimento de pessoas na sua integralidade.

Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, e o Programa Minha Casa, Minha Vida, de 2009, os investimentos, executados e previstos em trabalho social em projetos habitacionais e de urbanização de assentamentos precários cresceram. Em 2012, foram R\$ 1,5 bilhões para a área, o que aumentou significativamente o número de intervenções em todo o país.

Assim, os municípios contam com diversos projetos sendo desenvolvidos em áreas próximas, que, em geral apresentam uma grande vulnerabilidade urbana e social. Essa proximidade de comunidades com níveis de pobreza semelhantes em um determinado território facilita a adoção de intervenções em nível de **macroárea**.

Ao longo da experiência de atuação no setor, chegou-se a conclusão de que um caminho efetivo na promoção do desenvolvimento local é a valorização das inúmeras associações de pessoas (organizações da sociedade civil) já presentes na área. Elas estão engajadas em dar respostas concretas às necessidades da população.

POR QUE ATUAR NA MACROÁREA

- Atende um maior número de moradore(a)s, otimizando os recursos para trabalho social
- Facilita a intersectorialidade. Trabalhando em regiões grandes da cidade é mais provável encontrar e se articular com programas e serviços de outros setores
- Promove o diálogo com a cidade, pois, por se trabalhar em uma dimensão maior do território, torna-se necessária uma leitura de suas necessidades, considerando as intervenções de caráter supralocal (mobilidade urbana, acesso aos serviços, patrimônio ambiental, cultural, entre outros)

¹ AVSI, 2004. *Análise Estatística de Dados Socioeconômicos*. Plano de Desenvolvimento Social e Ambiental do Programa Ribeira Azul.

Este kit é destinado àqueles que levarão adiante esses desafios, construindo nos territórios, com as comunidades, uma cidade capaz de promover o desenvolvimento local de forma sustentável.

Com o propósito de auxiliar estados e municípios a incorporar novas práticas, esta publicação foi organizada em três volumes temáticos: Conhecimento e Planejamento Integrados; Fortalecimento da Sociedade Civil; Geração de Trabalho e Renda. Para melhor compreensão da proposta, sugere-se a leitura do conjunto, pois são complementares entre si.

Neste volume, são apresentadas **metodologias relacionadas ao conhecimento e planejamento integrados**: Delimitação da Macroárea; Participação; Diagnóstico Rápido Urbano Participativo - DRUP; Pesquisa das Organizações da Sociedade Civil; Mapeamento do Mercado de Trabalho; Conhecimento da área de Intervenção Física – cartografia, numeração, pesquisa socioeconômica, georreferenciamento e retrato socioeconômico; e Planejamento - Plano de Desenvolvimento Socioterritorial.

Reconhecimento da área

A macroárea é uma região relativamente homogênea de pobreza, que inclui uma ou mais áreas de intervenção física próximas e seu entorno, com o qual tal(ais) área(s) de intervenção interage(m) para acesso a serviços e equipamentos públicos, ao mercado do trabalho e a organizações sociais (comunitárias, ONGs e movimentos sociais). A macroárea é o território onde se concebe o projeto social e na qual se realiza o trabalho social.

Ao delimitar uma macroárea como base de planejamento é possível ampliar os benefícios das intervenções de urbanização de assentamentos precários. Os resultados da ação alcançam um maior território e o seu entorno, conseqüentemente o impacto é maior para uma parcela significativa da cidade.

A delimitação da macroárea amplia os benefícios das intervenções de urbanização de assentamentos precários

Atualmente estão à disposição no Brasil instrumentos de planejamento das cidades que permitem auxiliar na definição de macroáreas, reduzindo o tempo da sua delimitação e economizando recursos para o projeto. Neste manual foram selecionadas duas metodologias, entre as diversas alternativas existentes, ficando a cargo do município optar pela que mais se encaixar à sua realidade.

Como fazer?

Conheça os instrumentos de planejamento das cidades que podem ser utilizados na delimitação da macroárea.

ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS)

As ZEIS fazem parte do rol de instrumentos da política urbana previstos na Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto das Cidades. De acordo com a definição dada pela Lei 11.977/09 (Lei de Criação do Programa Minha Casa, Minha Vida), as ZEIS são uma “parcela de área urbana instituída pelo

Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo”.

No processo de construção de uma nova ordem urbanística, fundada no princípio da função social da propriedade, as ZEIS se consolidaram como um tipo especial de zoneamento, cujo principal objetivo é a inclusão da população de menor renda, fazendo valer o direito à cidade e à terra urbana servida de equipamentos e infraestrutura. Elas podem ser delimitadas tanto em áreas previamente ocupadas por assentamentos precários, quanto em vazios urbanos e imóveis subutilizados. Após suas delimitações, as áreas são destinadas à produção de novas moradias populares.

Este manual está focado nas ZEIS que caracterizam as áreas ocupadas por assentamentos precários. São áreas que podem ser identificadas e demarcadas, apresentando situações inadequadas de urbanização, como a falta de infraestrutura básica (saneamento, luz, água encanada etc), localização em áreas de risco, ausência de transporte público eficiente, entre outros problemas.

A partir da identificação dessas áreas, caracterizadas por uma vulnerabilidade social associada à falta de infraestrutura e habitação adequada, será possível estabelecer uma macroárea. Assim delimita-se um território com um grau de vulnerabilidade semelhante sujeito à intervenção física e social.

Setores Censitários

O setor censitário é a menor unidade territorial, com limites físicos identificáveis em campo, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do País. Possui limites físicos identificáveis em campo que respeitam os limites da divisão político-administrativa, do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além de um quantitativo de domicílios adequado à operação censitária.

Os setores censitários são demarcados pelo IBGE, obedecendo a critérios de operacionalização da coleta de dados, de tal maneira que abranjam uma área que possa ser percorrida por um único recenseador em um mês e que possua em torno de 250 a 350 domicílios (em áreas urbanas).

Já estão disponíveis os dados sobre os setores censitários do Censo 2010.

Veja mais sobre operação censitária em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/guia_do_censo_2010_operacao.php

ESTUDOS PARA LEITURA DA VULNERABILIDADE SOCIAL E URBANA

Objetivos das ZEIS

- Estabelecer condições urbanísticas especiais para a urbanização e regularização fundiária dos assentamentos precários;
- Ampliar a oferta de terra para produção de habitação de interesse social (HIS);
- Estimular e garantir a participação da população em todas as etapas de implementação.

Fonte: Ministério das Cidades, 2009. Como delimitar e regulamentar Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS de Vazios Urbanos. Acesse esse documento em http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Guia_ZEIS_final.pdf

Alguns municípios brasileiros têm desenvolvido ou vêm adotando instrumentos a partir de setores censitários do IBGE, que permitem uma leitura espacial da vulnerabilidade social no território. Esses dados podem ser referências para a delimitação da macroárea, a exemplo do **Mapa da Vulnerabilidade Social**.

MAPAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL¹

O Mapa da Vulnerabilidade Social é resultado de trabalho desenvolvido entre o Centro de Estudos da Metrópole (CEM), vinculado ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e a então Secretaria de Assistência Social do Município de São Paulo.

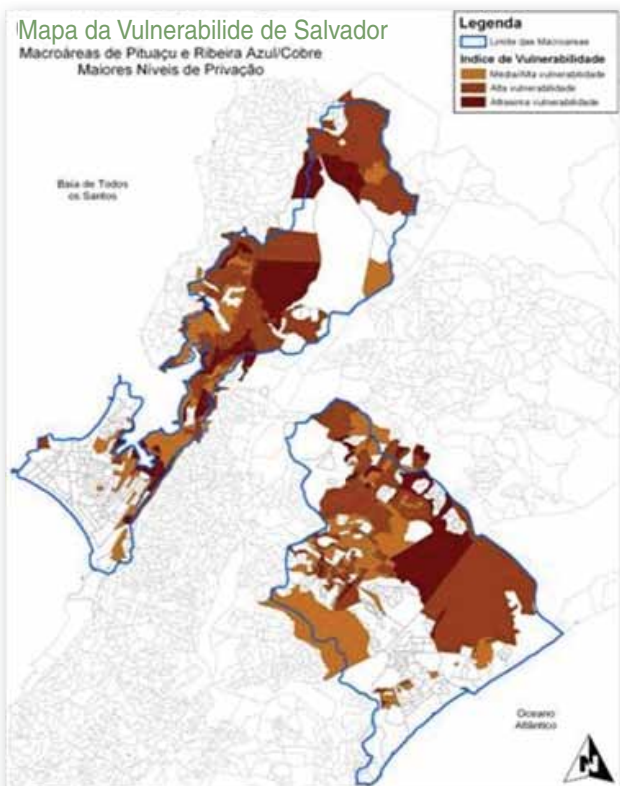
Utilizando os dados do Censo 2000 do IBGE, foram construídos mapas que refletem a situação de vulnerabilidade social.

Com o Mapa da Vulnerabilidade Social (ou metodologia semelhante), o gestor pode identificar, de forma espacial, a vulnerabilidade social do território municipal, hierarquizando os níveis de privação: altíssima, alta, média/alta, média, média/baixa, baixa e baixíssima. Assim, é possível selecionar aquelas áreas com os maiores déficits de infraestrutura e habitação.

O Mapa da Vulnerabilidade Social identifica as áreas mais carentes de infraestrutura, habitação e no nível sócio-econômico

Considerando que o objetivo é atuar em parte significativa da cidade, a macroárea será composta de um conjunto de setores censitários contíguos com níveis de privação semelhantes. Possivelmente, a sele-

Identificando a pobreza
 Para a elaboração do Mapa da Vulnerabilidade Social, foram selecionadas 11 variáveis que caracterizam as múltiplas dimensões da privação e pobreza, por exemplo, condições de habitação, renda, escolaridade, gênero, idade e estrutura familiar. Em seguida, foram analisadas as variáveis mais relevantes e produzidos mapas de cada uma delas, das quais sete dizem respeito à privação socioeconômica e quatro à dimensão do ciclo de vida familiar. Também foi produzido um mapa-síntese com oito grupos de setores censitários definidos a partir da situação de privação.
 Fonte: http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/index.php?texto=corpo&tema_cod=6



¹ http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/index.php?texto=corpo&tema_cod=6, Acesso em 03.05.2012.

ção da macroárea englobará várias microáreas que coincidirão com as áreas de vulnerabilidade, ligadas à falta de infraestrutura e selecionadas para as ZEIS.

Conhecimento direto do território municipal e intervenções previstas (método empírico)

Hoje, no Brasil, boa parte dos municípios, principalmente nas regiões metropolitanas, já possui um grande volume de informações sobre as áreas de assentamentos precários e vulnerabilidade social. Em parte, isso ocorre devido ao esforço feito pelos municípios para apresentar projetos para pleitear recursos do PAC. Algumas prefeituras também dispõem de estudos anteriores, elaborados para outras intervenções, além de elaborarem instrumentos de planejamento essenciais, como Plano Diretor e Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

Planos Locais de Habitação de Interesse Social

A Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades (SNH/MCidades) vem trabalhando na consolidação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), e uma das ações mais importantes tem sido o apoio à elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

Entre 2008 e 2010, a SNH realizou, em diversos estados, oficinas presenciais de capacitação para elaboração desses planos, além de promover, de 2009 a 2011, três edições do curso de Ensino a Distância (EAD-PLHIS). Ao todo, foram capacitados mais de 6.500 agentes públicos.

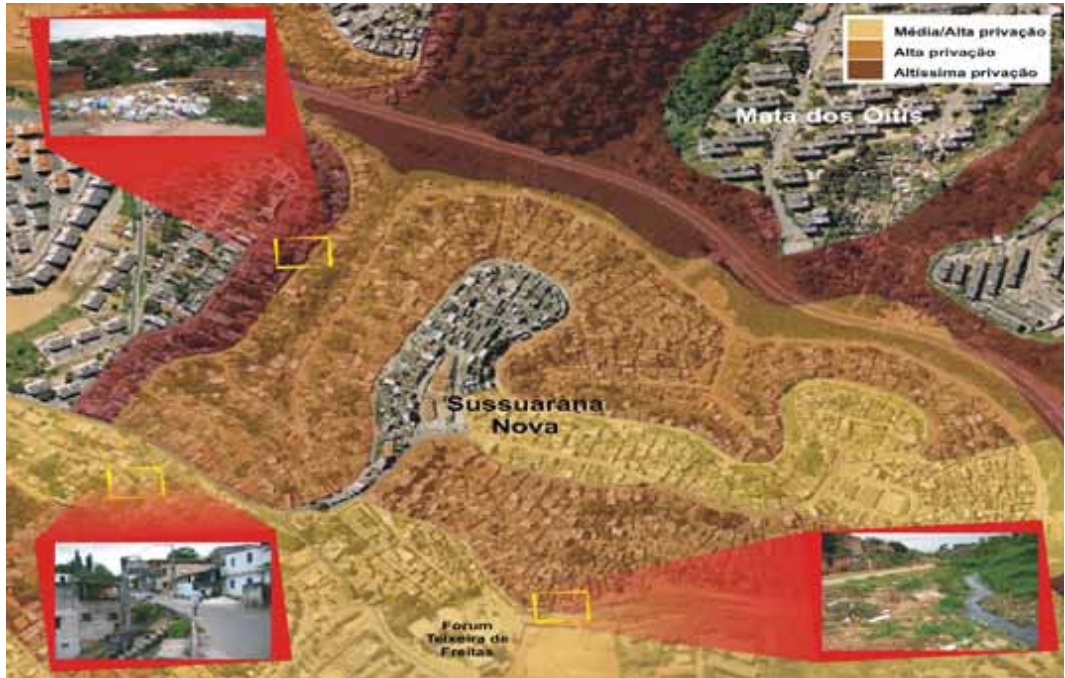
Até maio de 2012, aproximadamente 1.100 (mil e cem) planos foram apresentados pelos municípios. Eles também devem servir como material de referência para a identificação de assentamentos precários nas cidades.

Veja mais em www.capacidades.gov.br

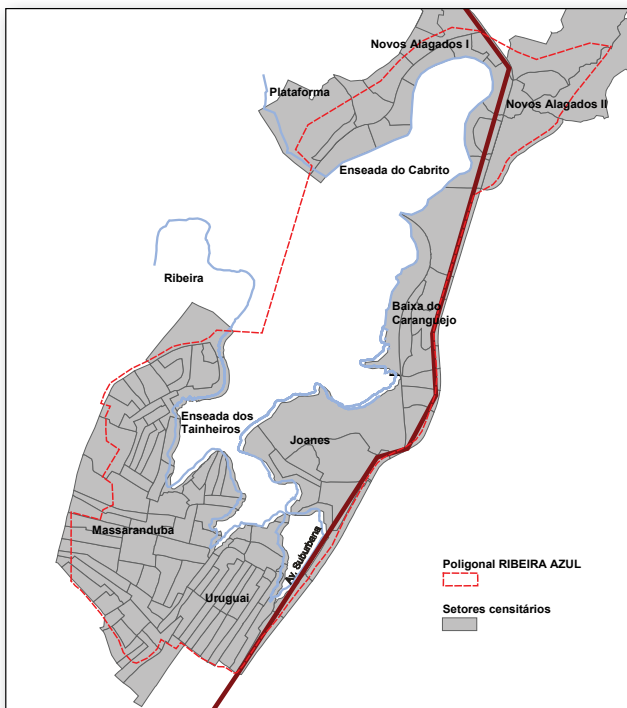
Esse conhecimento da realidade já sistematizado credencia planejadores municipais a delimitar a macroárea, sem precisar realizar novos estudos.

Atenção: Seja qual for a metodologia adotada, o desenho da macroárea deve coincidir com o perímetro dos setores censitários (IBGE) para facilitar o acompanhamento do processo de desenvolvimento desse território.

Visita em campo: Macroárea Pituáçu – Áreas com maiores níveis de privação



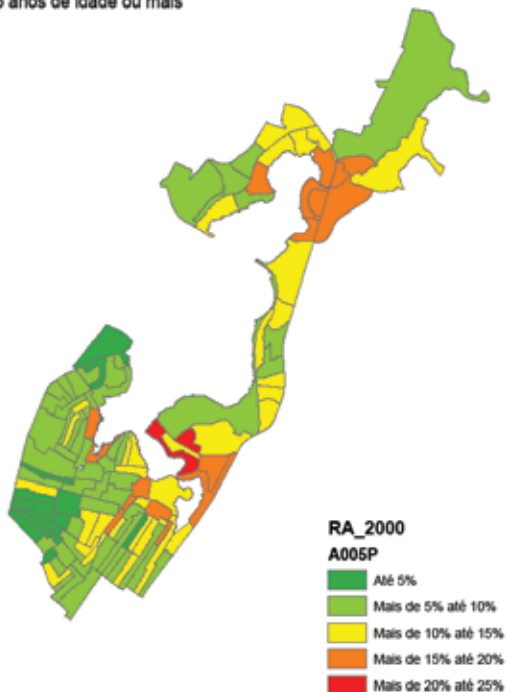
Setores censitários do IBGE e poligonal de intervenção do Programa Ribeira Azul/ PATS (*). AVSI, 2004



(*) O Projeto de Apoio Técnico e Social (Pats) tinha como objetivo geral apoiar tecnicamente e do ponto de vista social a implementação do programa governamental de redução de pobreza urbana Ribeira Azul (2002-2006), em uma área com 135 mil pessoas do Subúrbio Ferroviário de Salvador (BA) e orçamento de 60 milhões de dólares, gerido pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder). Foi financiado pelo Governo da Itália, por meio de canal multilateral da Aliança de Cidades, com execução do Governo da Bahia e Fundação AVSI.

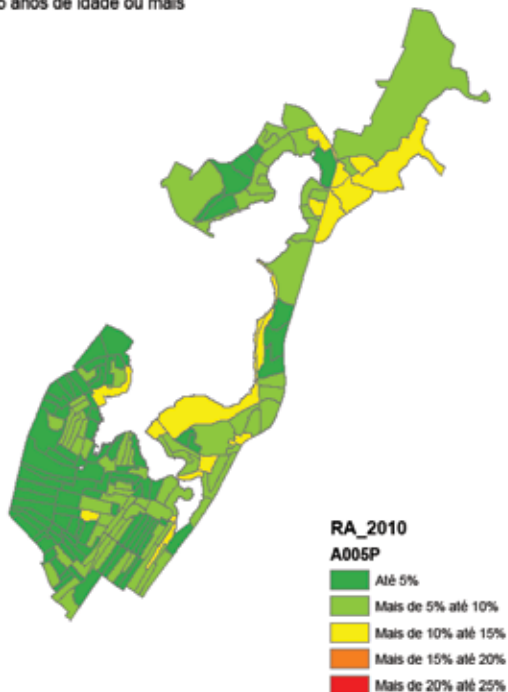
Censo 2000 - Ribeira Azul

Total de pessoas residentes não alfabetizadas (NA) - 5 anos de idade ou mais



Censo 2010 - Ribeira Azul

Total de pessoas residentes não alfabetizadas (NA) - 5 anos de idade ou mais



Participação

Para promover e fomentar o desenvolvimento social, a equipe técnica deve adotar mecanismos e processos para estimular a participação das pessoas e das organizações que atuam na macroárea. Esse envolvimento faz com que todos se sintam responsáveis pelo seu território, garantindo a sustentabilidade das ações financiadas pelo programa, mesmo após o seu término.

A contribuição das pessoas para a melhoria das condições de vida da comunidade onde vivem, de forma ativa, consciente e responsável é o que melhor representa o significado da participação comunitária. Para o sucesso do projeto, é necessário o envolvimento de todos os atores participantes da intervenção: moradores, entidades locais, equipe técnica, prefeituras municipais, Governo do Estado e da União, cada um com suas capacidades e possibilidades.

O envolvimento de todos que atuam na macroárea é condição para o sucesso do projeto

A comunidade não é vista como o único ente responsável pela proposição, execução e monitoramento das ações, assim como os técnicos, parceiros e governo também não detêm o monopólio do conhecimento ou a resposta às necessidades dos moradores. Na visão proposta, o melhor projeto é o resultado das contribuições de ambas as partes: a vivência das necessidades e potencialidades dos moradores e associações locais e o conhecimento técnico e a experiência de intervenções sociais em outras áreas por parte dos executores e financiadores do programa.

Nesse sentido, é preciso garantir espaços de interlocução comunitária e desta com outros entes públicos e privados que tenham responsabilidade sobre a iniciativa. É importante prever um arranjo institucional que garanta esses níveis de participação.

PARA PROMOVER A PARTICIPAÇÃO

Confira abaixo um arranjo institucional possível

Grupo de Organizações da Sociedade Civil: Dada a dimensão do território, torna-se impossível para a equipe do projeto relacionar-se diretamente com toda a população. Assim, o ideal é eleger as organizações locais como as interlocutoras do projeto. Essa escolha leva em consideração que o conjunto das organizações locais tem uma presença disseminada em campo, conhecendo as necessidades e potencialidades locais, e já atuando e se relacionando diretamente com distintos grupos de moradores.

O convite a todas as entidades (formais e informais) para integrar essa instância, e não somente a algumas lideranças, torna-a mais representativa, minimizando o risco de que interesses individuais sejam interpretados como representativos de uma coletividade. Quanto maior for a participação, maior será a possibilidade de que as opiniões e posições expressas nos encontros correspondam às verdadeiras necessidades da população. Dessa forma, será possível tanto direcionar o andamento da iniciativa, como influenciar, tratando-se de um âmbito institucional, a formulação de políticas públicas mais próximas dos desejos das pessoas e dos beneficiários ali representados.

Nessa instância serão compartilhados todos os estudos do projeto, o planejamento e o monitoramento das ações. Serão ainda realizados encontros periódicos organizados pela equipe técnica, com a participação de membros do Comitê de Articulação.

Comitê de Articulação: Uma das atividades do projeto de intervenção será a construção do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial, que deverá conter propostas de ações em conjunto com outras áreas. Promovido pelo ente público responsável do projeto (normalmente o órgão municipal responsável por habitação), com o suporte da equipe técnica, o Comitê deverá envolver outras secretarias municipais, especialmente, as de Educação e Saúde, para definir a estratégia de desenvolvimento da área e trabalhar para a sua concretização.

Conhecer o território

Para solicitação do contrato de repasse/financiamento do projeto, o município deverá apresentar, à época das seleções do Ministério das Cidades, entre os documentos solicitados, a Proposta Preliminar do Trabalho Social. Este documento deve conter a caracterização da macroárea, bem como da população beneficiária da intervenção física e os objetivos do Trabalho Social.

Com a assinatura do contrato, o trabalho de campo é iniciado com a fase de conhecimento. Esta etapa é fundamental para o êxito do projeto. Ela permite entender como a área de intervenção se caracteriza, suas especificidades (meio físico, habitacional e infraestrutura urbana, equipamentos e programas sociais, relações de convivência, segurança, comércio local, grupos populacionais específicos, entre outros), a presença da sociedade civil, o mercado de trabalho, o perfil dos moradores(a)s e quaisquer outros aspectos identificados pela equipe no decorrer do trabalho considerados importantes para a proposição de ações relevantes.

Proposta Preliminar de Trabalho Social

A proposta poderá ser construída com dados secundários e deverá conter, necessariamente:

- identificação: dados da intervenção, da equipe técnica, do órgão responsável, entre outros;
- caracterização socioterritorial, abrangendo:
 - a área de intervenção e da macroárea, quando for o caso: descrever forma e tempo de ocupação, características das habitações e dos serviços públicos de saneamento e equipamentos comunitários existentes, tipos de situação de risco e diagnóstico situacional das doenças de veiculação hídrica e outras decorrentes de precárias condições de habitabilidade;
 - a população: informar nível médio de renda, número de habitantes total e por faixa etária, escolaridade, número de pessoas com deficiência, número de idosos e outros dados considerados importantes que permitam traçar o perfil da população, informações que poderão ser obtidas por meio de fontes secundárias;
- justificativa: discorrer brevemente sobre a pertinência da Proposta do Trabalho Social em relação à intervenção a ser realizada;
- objetivos: definir o objetivo geral do Trabalho Social em relação à intervenção proposta, sem necessidade de detalhamento das metas que se pretende alcançar;
- custos: estimativa dos custos de implementação das ações/atividades do Trabalho Social;
- estratégias de execução: para o desenvolvimento dos eixos do Trabalho Social;
- regime de execução: direta, indireta ou mista, descrevendo a programação do procedimento licitatório para as ações executadas de forma indireta;
- cronograma de execução de todas as atividades inerentes ao período pré-obras e, quando for o caso, o cronograma das etapas previstas para o processo licitatório.

A fase de conhecimento é preparada com a preocupação de refletir uma visão abrangente do território e de seus moradores, superando um olhar setorial.

Conhecer **exaustivamente** o território é uma etapa fundamental para o êxito do projeto

Além de subsidiar a equipe, os estudos realizados nessa fase são úteis para a própria comunidade se conhecer melhor. Isso porque, geralmente, parte significativa dos moradores não possui uma visão integrada da área. Os encontros promovidos para realização e devolução dos estudos contribuem para um maior conhecimento do patrimônio existente na comunidade, bem como os principais desafios, favorecendo uma maior organização comunitária.

Ao lado da questão técnica, essa etapa marca o início do relacionamento com a comunidade. Nesse sentido, deve-se tentar que a equipe seja responsável pela execução direta dos estudos, caso não seja possível, que acompanhe de forma muito próxima o trabalho dos consultores. Uma “boa entrada” em campo facilita muito a qualidade do relacionamento da equipe com o(a)s moradore(a)s no restante do projeto.

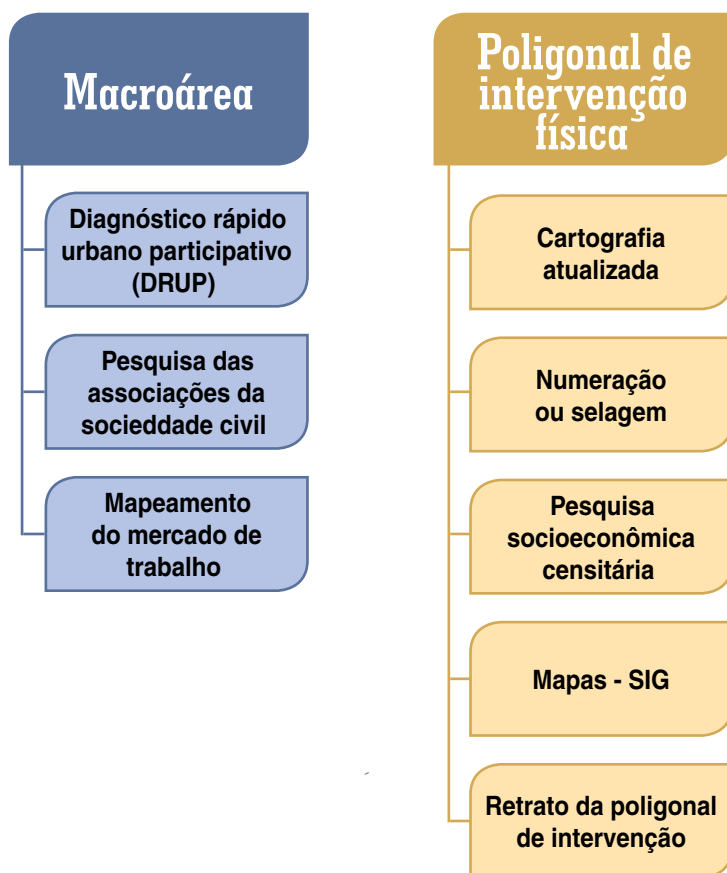
Valorizar o positivo

Para conhecer é preciso dar visibilidade ao que está marginalizado e valorizar o positivo.

Partir do positivo não significa ignorar os problemas existentes numa comunidade, ou não estudar sua vulnerabilidade, mas significa ao invés analisar, junto à vulnerabilidade, quando existem, os recursos presentes (patrimônio) colocados em jogo pela comunidade, para depois tentar fortalecê-los e reforçá-los.

Por dentro da comunidade

As ações de conhecimento devem ser realizadas na macroárea e na(s) poligonal(is) de intervenção(s) física. Confira abaixo as etapas em cada uma delas e, a seguir, como colocar em prática.



Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP)

História

As metodologias de Diagnóstico Rápido Participativo (DRUP) começam a aparecer e se estruturar nos anos 1970, sob impulso do Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento da Universidade do

Sussex (Inglaterra), inicialmente com aplicações em áreas rurais (principalmente na África Oriental e na Índia) e, sucessivamente, também no âmbito urbano. Essas metodologias surgem como uma reação aos métodos tradicionais de pesquisa (*survey*) – pesados, demorados e caros – e ao viés antipobreza frequente no conhecimento profissional e no *modus operandi* dos projetos de desenvolvimento da época.

Na nova abordagem proposta, a ênfase é dada ao compartilhamento do saber da comunidade e dos profissionais, e à interação social como método de conhecimento, voltado para o planejamento e a ação¹. Entretanto, é só a partir do início dos anos 90 que metodologias de Diagnóstico Rápido Participativo se consolidam, inclusive no Brasil, onde – na versão aqui apresentada, integrada a métodos de Mapeamento e Geoprocessamento Participativos – começam a ser aplicadas primeiro na área de saúde pública² e sucessivamente em outros setores, inclusive no desenvolvimento urbano³.

É preciso aprender a respeito de como vive a comunidade, ressaltando a diversidade local, e transformar os resultados desse processo de aprendizagem em informações efetivas para o planejamento e a ação.

Conheça os objetivos do DRUP

- Possibilitar a leitura geral da macroárea, bem como as especificidades das subáreas.
- Levantar de forma participativa as demandas e potencialidades do território, dando “voz” às comunidades que vivem lá.
- Formatar em mapas e databases as informações diagnósticas, de maneira a torná-las efetivamente utilizáveis em processos de planejamento e gestão complexos.
- Gerar um espaço de interlocução entre comunidade e poderes públicos.
- Apoiar a focalização das ações públicas nas áreas socialmente mais críticas dos assentamentos precários.
- Facilitar, por meio de informações especializadas de áreas que se tornam alvos comuns às diversas secretarias setoriais envolvidas, a integração intersetorial de políticas públicas – mapas são integradores naturais de informações.

1 Chambers, Robert. *The Origins and Practice of Participatory Rural Appraisal*. *World Development*, Vol.22, No.7, pp.953-969, Pergamon Press, Oxford 1994.

2 Notarbartolo di Villarosa F., *A Estimativa Rápida e A Divisão do Território em Distritos Sanitários: Manual de Instruções*, Série Desenvolvimento de Serviços de Saúde 11, OPAS, Brasília, 1993; --- *Information, Management and Participation - a new approach from Public Health in Brazil*, Frank Cass Publishers, Ilford Essex and Portland OR 1998.

3 Notarbartolo di Villarosa F., “Monitoramento e Avaliação de Programas de Ação Integrada em Assentamentos Precários”, em Denaldi R. (org.), *Curso à Distância - Ações Integradas de Urbanização em Assentamentos Precários*, Ministério das Cidades/Aliança de Cidades, Brasília/São Paulo 2009, pp.353-379.

Diretrizes

O DRUP é um conjunto de métodos diagnósticos baseados na observação das características do território e em entrevistas com informantes-chave locais. As informações assim coletadas são constantemente referenciadas ao mapa do território, até que esse último resulte subdividido em sub-assentamentos ou “subáreas” relativamente homogêneas no que concerne às condições de vida. A cada subárea geoprocessada é associada uma base de dados com as principais características da mesma.

O DRUP oferece uma visão integrada do território

Dessa forma, o DRUP integra métodos participativos e tecnologia da informação – conhecimento da comunidade e conhecimento profissional. Além disso, oferece uma visão integrada do território, inclusive facilitando o compartilhamento das informações com a comunidade (mapas são instrumentos visuais e facilmente interpretáveis).

As fases do DRUP



1. PREPARAÇÃO

Seleção dos pesquisadores e treinamento: idealmente, o DRUP é realizado pelos mesmos profissionais que fazem parte da equipe do Trabalho Social – o DRUP representa uma oportunidade para eles “se apropriarem” do território antes do início da intervenção; eventualmente, podem ser complementados por estagiários ou juniores. De qualquer maneira, é importante ressaltar que a realização do DRUP implica, por parte dos pesquisadores, uma elevada capacidade de tomar decisões e de interagir socialmente com os beneficiários, não se limitando, como é o caso numa *survey*, à aplicação mecânica de um questionário. Normalmente, o treinamento no DRUP pode ser realizado em cinco dias.

Mapas: é de fundamental importância ter disponíveis mapas da região a ser pesquisada – possivelmente atualizados e em formato digital (podem ser utilizados mapas do Google Earth). Tais mapas devem ser impressos num tamanho que permita aos pesquisadores se localizarem no terri-

tório e terem referências para isso (ex.: nomes de ruas, equipamentos etc.). O mapa impresso deve também ser grande o suficiente para permitir aos pesquisadores fazerem anotações no mesmo. Caso o mapa não esteja atualizado, poderá ser complementado em campo pelos pesquisadores (mesmo sem respeitar a escala).

Logística: deve ser escolhido no local da pesquisa um lugar de apoio da equipe de campo, como uma escola, um centro comunitário ou preferencialmente o escritório do projeto. Deve também estar disponível pelo menos um veículo para transporte da equipe dentro e fora da área de pesquisa. A partir da matriz apresentada (ver ex. 1), faz-se o levantamento de dados secundários para a caracterização geral da macroárea.

Identificação preliminar dos temas a serem investigados e elaboração de formulários para coleta de dados: a equipe do DRUP, juntamente com os responsáveis da intervenção, deve identificar as informações consideradas relevantes (é recomendável partir da matriz apresentada – ex. 1) e, sucessivamente, para a coleta dos dados primários, preparar formulários a serem utilizados como roteiros para coleta dos dados (se tratando de metodologia semi-estruturada e qualitativa, os instrumentos de coleta de dados funcionam mais como “roteiros” que como questionários propriamente ditos).

Exemplo 1 – Matriz com informações identificadas como relevantes:

INFORMAÇÕES
1. Delimitações e caracterização da área
Delimitação da área a ser pesquisada (macroárea compreendendo uma ou mais poligonais de intervenção física e seu entorno)
Delimitação e nomenclatura dada pela comunidade às subdivisões internas da macroárea
População estimada
Localização e inserção no tecido urbano da cidade
2. Histórico da área
Quando e como foi ocupada e quando/onde foi eventualmente urbanizada
3. Meio Físico, Habitacional e Infra-estrutura Urbana
Topografia
Infra-estrutura para mobilidade: tipos de vias presentes (carroçáveis, becos, vielas, escadarias, passarelas etc.) e seu estado de conservação
Meios para mobilidade: meios de transporte público (inclusive elevadores, teleféricos, planos inclinados), informal (mototaxi, kombis etc.) - acessibilidade aos pontos de parada, destinos, frequência
Padrão das moradias: material de construção, n. de andares, adensamento, alinhamento com as ruas
Abastecimento de água: rede oficial, ligações clandestinas, bicas, poços ou nascentes etc; frequência do abastecimento
Sistema de esgoto: rede oficial, fossas, em valas ou canaletas, na vegetação, em rios ou canais, na rua a céu aberto etc.
Drenagem: rede oficial, rede não oficial (feita pela comunidade), naturalmente em emcostas, nas ruas
Coleta de lixo: coleta oficial, coleta pela comunidade (garis comunitários), presença e localização de caçambas e contêineres (em número e com capacidade suficientes ou não), se há pontos de acúmulo de lixo (lixões), se há lixo nas ruas, entre as casas, em rios ou canais; caso haja coleta, qual a frequência

Iluminação pública: presença e estado de conservação de pontos de iluminação pública; se há locais não iluminados
Energia elétrica nas casas: oficial, não oficial (ligações clandestinas), eventuais programas para regularização
Pontos de risco (alagamentos, deslizamentos, desabamentos etc.), e se há construções em áreas de risco e necessidades de relocação.
Problemas ambientais prioritários
Regularização urbanística, construtiva, fundiária: situação, se há programas de regularização, orientação à população; se há sinalização, placas com nomes das ruas.
4. Equipamentos e Programas Sociais
Presença, localização, estado de conservação e equipamentos das praças, espaços de convivência e esporte (públicos e comunitários)
Presença, acessibilidade, estrutura, abrangência/cobertura, atividades e clientela de equipamentos educacionais: creches, escolas de ensino fundamental e médio, ensino técnico, faculdades
Presença, acessibilidade, estrutura, abrangência/cobertura, atividades e clientela de equipamentos de saúde: PSF/PACS (e sua cobertura), pronto atendimento, hospitais
Presença, acessibilidade, estrutura, abrangência/cobertura, atividades e clientela de outros equipamentos e programas: de assistência social (CRAS e CREAS), culturais, de esporte, qualificação profissional etc.
Situações de vulnerabilidade: se há famílias em aluguel social; se o Bolsa Família atende totalmente ou parcialmente ou não atende as famílias elegíveis; etc.
5. Convivência
Como são em geral as relações de vizinhança (confiança, abertura, ajuda recíproca....)
Quando uma família passa dificuldade ou tem problemas, quem procura (parentes, amigos, vizinhos, líderes, associações, igrejas, poder paralelo, vereadores ou deputados, Secretarias, Administrações Regionais, serviços locais, mídia....)
Qual o grau de importância percebida das regras de convivência e em que medida são respeitadas (ex.: som alto, jogar lixo, motoqueiros, pichação, vandalismo, etc.)
6. Segurança
Nível percebido de segurança da área
Tipos de crime e violência que ocorrem: violência cotidiana; conflito inter-generacional; abuso de crianças; violência doméstica entre adultos; crianças de rua; delinquência e roubos; gangues; tráfico de drogas; crime organizado; violência institucional; roubos, assaltos, assassinatos, toque de recolher, desova de corpos, etc.
Mapeamento de locais de ocorrência de crime e violência e de locais potencialmente inseguros
Como são as relações entre vizinhos em relação à violência (interferem, mediam, apaziguam, denunciam...)
Existem “rixas” entre bairros ou áreas e consequentes delimitações de território
Estrutura, localização, cobertura, atuação da segurança pública e relacionamento com a polícia
7. Comércio
Presença e porte do comércio local. É suficiente para atender os moradores ou estes têm que se deslocar até... (indicar onde)
8. Grupos populacionais específicos
Identificar, com os informantes adequados, as principais problemáticas de: a) Jovens b) Crianças c) Idosos d) Mulheres e) Deficientes e Etc.

Obs.: as informações referentes a organizações sociais, associações comunitárias, ONGs etc. são trabalhadas na Pesquisa das Associações da Sociedade Civil; aquelas relativas a vocações produtivas e demandas de mão de obra, no Estudo do Mercado de Trabalho – ver itens 4.2 e 4.3, respectivamente.

Com base na matriz de informações – conforme o modelo indicado no exemplo 1 – são produzidos dois tipos de formulários para coleta de dados: (i) formulário para observação e entrevistas em campo; e (ii) formulário para equipamentos e serviços sociais. Modelos destes formulários estão disponíveis no site www.cidades.gov.br/snh.

2. LEVANTAMENTO EM CAMPO



Reconhecimento visual do território e hipótese de divisão em subáreas: a área de pesquisa é percorrida de carro e a pé e é observada sistematicamente, fazendo anotações no mapa. Na observação presta-se atenção às características visíveis, como material e padrão das casas, pavimentação e drenagem, densidade habitacional, esgotos a céu aberto e acúmulos de lixo, infraestrutura e serviços, entre outros. Todas as informações são referen-

ciadas no mapa. No final do dia, a equipe se reúne para identificar preliminarmente os tipos de assentamentos humanos presentes, “esquadrinhando” a área de pesquisa em “subáreas”.

Entrevistas aprofundadas com informantes-chave da comunidade e dos programas e serviços locais: Informantes-chave são pessoas que, pelo tempo de residência e/ou a rede de relações, têm conhecimento detalhado da área. Podem ser líderes comunitários, moradores antigos, profissionais dos serviços locais, etc. Através destes são aprofundadas gradualmente, e enriquecidas com detalhes subjetivos, as informações levantadas no início do DRUP através do reconheci-

to do território. É importante ressaltar que os informantes-chave fornecem aos pesquisadores do DRUP informações sobre a área onde eles moram, e não sobre a própria família (como seria o caso numa *survey*). A seleção de quais informantes-chave entrevistar é um processo de construção de uma amostra “intencional” – não aleatória, mas direcionada e progressiva: a finalidade é construir uma amostra socialmente diferenciada, de diferentes tipos de informantes, de forma que seja representativa de diversos pontos de vista. As entrevistas são feitas seguindo o mesmo formulário-roteiro da observação do território, deixando o diálogo fluir espontaneamente, mas mantendo-o direcionado sobre os assuntos relevantes; as informações são registradas no formulário, por subárea, e referenciadas ao mapa. As entrevistas são intercaladas com novas observações em campo.

Sistematização das informações

durante o trabalho em campo: O trabalho de campo é conduzido de forma circular, não linear. As subáreas são construídas por aproximações sucessivas, partindo da hipótese inicial formulada no reconhecimento em campo – que, normalmente, é ajustada na medida em que o DRUP avança. A cada dia é analisado: quais porções da área e quais itens do questionário estão cobertos; e quais tipos de informantes-chave têm sido contatados; o trabalho do dia seguinte é planejado em consequência. A fluidez de este processo circular e indutivo deve ser gerenciada sistematicamente, por meio de uma “criatividade ordenada”.

Reconhecendo as condições de vida

Mesmo numa área considerada em geral “pobre”, existem graus de pobreza e vulnerabilidade muito diferenciados – da pobreza de uma classe que podemos chamar de assalariados de baixa renda até situações de miséria absoluta. Essas diferenças nas condições de vida são determinadas não somente pela renda e pelos ativos materiais e imateriais das pessoas, mas também pelo acesso à infraestrutura e aos serviços da cidade – em realidade, trata-se de duas faces da mesma moeda, que andam quase sempre juntas. Ademais, o acesso à infraestrutura (inclusive moradia digna) e serviços se distribui no território conforme determinados padrões espaciais – em outras palavras, uma região “geralmente pobre” é composta por diferentes “manchas” ou subregiões, caracterizadas por maior ou menor disponibilidade de infraestrutura e serviços. Tais manchas podem ser identificadas e mapeadas em campo. O resultado desse mapeamento é a subdivisão da área “geralmente pobre” em “subáreas homogêneas em quanto a condições de vida”, pois se trata de áreas relativamente pequenas, em cada uma das quais a população compartilha condições de renda, educação, ativos, infraestrutura e serviços parecidas entre si, mas diferenciadas daquelas de outras subáreas, inclusive próximas. Um dos objetivos do DRUP é identificar e desenhar tais subáreas e construir diagnósticos sobre as características de cada uma delas.

A coleta de dados termina quando novas entrevistas e observações não acrescentam mais novas informações

3. PROCESSAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO FINAL DOS DADOS

Uma vez concluído o trabalho de campo, os dados coletados são processados e sistematizados. As subáreas são desenhadas no mapa de acordo com o seu formato final, e as informações são consolidadas em tabelas onde a cada coluna corresponde uma subárea.

Exemplo de tabela com dados das subáreas (Área de Querosene, UPP São Carlos – fonte: Programa UPP Social, Instituto Pereira Passos, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/ONU-Habitat).

Microáreas					
Categorias	Rua Ônix	Grotão	Terreirinho/ Pantanal	Caminho do Grilo	Terreiro
Padrão construtivo das moradias	Casas de 2 andares, em média, de alvenaria (predominante), sendo a maior parte com reboco. São alinhadas com as vielas, ainda que estas sejam tortuosas. Área de maior adensamento	Casas de 2 e 3 andares, de alvenaria (predominante), sendo parte com reboco. São alinhadas com as vielas e as escadarias. Não é muito adensado	Casas de até 2 andares, de materiais diversos (alvenaria, madeira e estuque). A maioria está alinhada à rua, mas algumas encontram-se fora das vielas urbanizadas. De modo geral a área caracteriza-se pelo adensamento relativamente baixo	As casas são mais dispersas, sendo a maioria com apenas um andar. Muitas delas de estuque, algumas de madeira e poucas de alvenaria. Ainda que algumas casas estejam nas áreas urbanizadas pelo Favela-Bairro, muitas estão em área não urbanizada	Casas de um andar, de materiais precários, contíguas mas sem grande adensamento. A maior parte não se encontra na rua urbanizada e muitas já foram removidas
Esgotamento sanitário/ Saneamento básico	Há rede de esgoto instalada, porém há valas com ligações irregulares de esgoto, proliferando ratos atraídos pela sujeira	Há rede de esgoto instalada	Há rede de esgoto instalada nas áreas urbanizadas. Nas demais áreas não há rede de esgoto	Há rede de esgoto instalada nas áreas urbanizadas. Nas demais áreas não há rede de esgoto	A maior parte não está ligada à rede de esgoto

Para a checagem final, são comparados “verticalmente” os dados de cada subárea, o que permite verificar a homogeneidade interna entre elas. Os dados das diversas subáreas são comparados “horizontalmente” para verificar as diferenças entre as mesmas. Se as diferenças entre as subáreas são mais significativas que as semelhanças dentro de cada subárea, as tabelas são confirmadas; caso contrário, devem ser feitas as modificações oportunas.

Os dados contidos nas tabelas das subáreas são basicamente qualitativos e discursivos. Com a finalidade de permitir uma análise e comparações mais imediatas, são atribuídas pontuações às variáveis de cada subárea. Normalmente são atribuídas quatro pontuações: bom, médio, ruim, péssimo. As pontuações são, obviamente, relativas ao contexto onde foi aplicado o DRUP, e não a padrões absolutos – por exemplo, casas pobres, mas de dois andares, de alvenaria com reboco, podem ser

consideradas “boas” em relação aos padrões de moradia da região. Para definição e atribuição das pontuações, são listadas todas as situações encontradas para cada variável, identificando, em primeiro lugar, respectivamente a melhor e a pior, as quais são atribuídas respectivamente as pontuações “bom” e “péssimo”. As demais situações intermediárias são inseridas no ranking entre os dois extremos nas categorias “médio” e “ruim”, com base no consenso entre os membros da equipe.

Georreferenciamento dos dados: num sistema de informação geográfico (SIG) é feito o desenho das subáreas, são georreferenciados os serviços e equipamentos conforme sua localização no mapa, e são inseridas em bases de dados, associadas aos objetos do mapa, as informações das microáreas anteriormente sistematizadas em tabelas. Com base nas pontuações atribuídas, são elaborados mapas temáticos no SIG.

Enfim, os resultados do DRUP são compartilhados com a comunidade e outros setores da administração pública, para validação e identificação preliminar de prioridades de intervenção.

Dados oficiais da DRUP

É comum, ao aplicar o DRUP, aparecerem falhas nos dados oficiais disponíveis. Por exemplo, de acordo com os dados do Censo de 2000, cerca de 92% do Morro do Borel, no Rio de Janeiro, é atendido pela rede de esgoto. A realidade encontrada em campo é muito diferente, já que tal rede foi se deteriorando e não está mais funcionando, e a maioria dos moradores está despejando os resíduos líquidos no sistema de drenagem pluvial, em muitos casos em valas a céu aberto. Consequentemente, o esgotamento sanitário, que – conforme os dados oficiais – seria um problema secundário, na realidade é um dos problemas prioritários da área.

4 - PRODUTOS DO DRUP

Os produtos finais do DRUP são os seguintes:

Texto descritivo contendo, ao menos:

- Caracterização geral da macroárea;
- Histórico da ocupação da região e subáreas;
- Caracterização do ambiente e tipos de ocupação;
- Características socioeconômicas;
- Aspectos principais da violência;
- Mapeamento dos bolsões de pobreza;
- Atuação das instituições – programas e políticas públicas/ Identificação de equipamentos e programas públicos instalados;
- Mapas georreferenciados e fotos.

Mapas com as seguintes indicações:

- Referências espaciais utilizadas pela comunidade, com sua nomenclatura;
- Subáreas identificadas e suas variáveis;
- Localização dos equipamentos e serviços públicos.

Bases de dados associadas às feições correspondentes dos mapas:

- Dados qualitativos das variáveis das microáreas;
- Pontuações atribuídas às subáreas e suas variáveis;
- Dados dos equipamentos e serviços públicos pesquisados.

Exemplo: mapa e imagens de subáreas, Morro do Borel, Rio de Janeiro (fonte: Programa UPP Social, Instituto Pereira Passos, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/ONU-Habitat).



Subárea 1

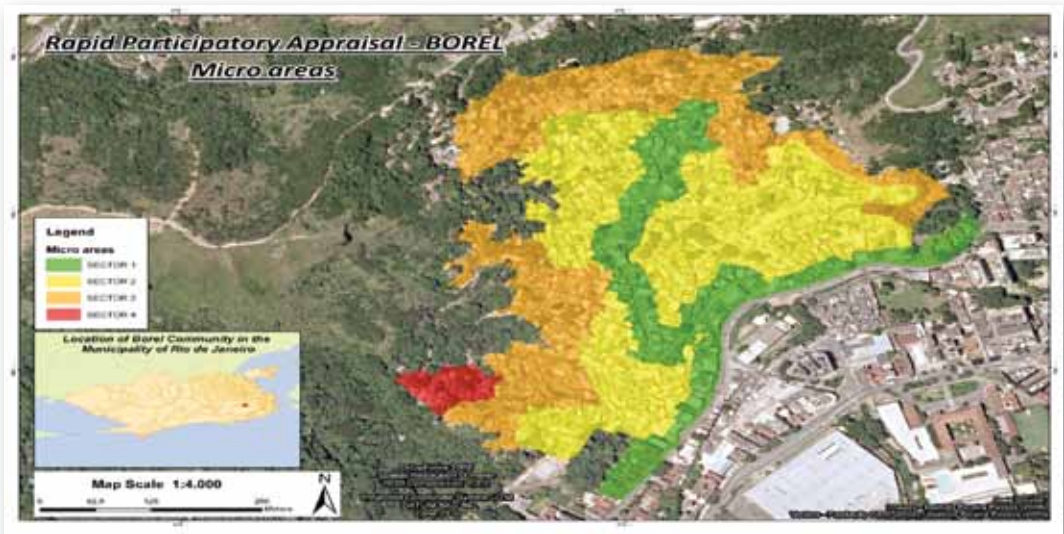
Subárea 2





Subárea 3

Subárea 4



Pesquisa das associações da sociedade civil

O trabalho direto com as associações locais presentes no território é um fator de êxito não só para a execução da intervenção, mas ainda um fator de sustentabilidade após sua conclusão. As associações constituem-se em um dos patrimônios da comunidade, que já estão oferecendo respostas concretas às necessidades das pessoas, possuindo uma grande capacidade de irradiar-se no território⁴.

Assim, junto com as ações previstas no Diagnóstico Rápido Urbano Participativo, é proposta a realização de uma pesquisa censitária das organizações da sociedade civil presentes na macroárea. Isso favorece o reconhecimento do seu papel por parte do poder público e da própria comunidade, respeitando e reconhecendo essa presença.

As organizações da sociedade civil presentes na macroárea são um patrimônio da comunidade

São objeto da pesquisa todas as agregações de pessoas, grupos, associações de bairro, culturais, artísticas, religiosas, esportivas, educativas, cooperativas, mesmo aquelas não formalizadas, voltadas para o benefício da comunidade.

A pesquisa favorece não apenas o melhor conhecimento do território da intervenção por parte do poder público, mas das próprias associações e comunidade que em geral ignoram o conjunto dos serviços oferecidos pelas mesmas.

Como fazer?

Identificação das organizações

- a) Na apresentação da equipe à comunidade, já nas reuniões iniciais, deve-se mencionar a intenção de realização da pesquisa junto às organizações da sociedade civil e, aproveitando o momento, agendar as primeiras entrevistas com as associações disponíveis.
- b) No encontro com as entidades contatadas, solicitar indicações de outros grupos, ampliando o universo da pesquisa a ser realizada.
- c) Apresentar a iniciativa da intervenção aos conselhos municipais e secretarias setoriais, demonstrando a intenção de valorizar a atuação da sociedade civil e solicitar o apoio dos conselhos municipais mediante a disponibilização das listas com nomes, telefones e endereços das entidades localizadas na macroárea ou atuantes nela.

⁴ Em uma macroárea de 62.508 habitantes do município de Olinda foram identificadas 80 entidades que juntas atendiam 10.000 pessoas (AVSI, 2010).

Realização da Pesquisa

- a) Preparar o questionário – no site www.cidades.gov.br/snh encontra-se uma proposta de questionário que o usuário desse manual deverá analisar e verificar se deve ser aplicado na íntegra ou fazer alguns ajustes.

Questionários

Estão disponíveis para essa pesquisa 2 questionários distintos: um para a entidade e outro para projetos. O primeiro permite entender a situação da organização do ponto de vista formal (natureza institucional, estatuto, certificação pública, registro, CNPJ, alvará, sede, patrimônio, nº de colaboradores, custo mensal) e de sua atuação (serviços, dificuldades, perspectivas, articulações, recursos, principais encaminhamentos, projetos desenvolvidos e em desenvolvimento, expectativas).

O segundo é voltado para aprofundar as iniciativas e ações em curso da entidade, gerando informações como principais áreas de atuação, perfil dos colaboradores, perfil dos beneficiários, dificuldades e expectativas. **SÓ DEVE SER APLICADO SE HOUVER AÇÕES EM ANDAMENTO OU PRESTES A INICIAR.**

- b) Após trabalho interno com o questionário, deve ser feito um teste com, pelo menos, duas organizações para verificar sua aplicabilidade e necessidade de novos ajustes.
- c) O questionário deve ser aplicado mediante visita pré-agendada na sede da entidade e com alguém da diretoria. O tempo médio de sua aplicação é de 2 horas. De cada entidade devem ser feitas fotografias, inclusive da fachada da sede.

A pesquisa das entidades não deve ser vista como apenas uma atividade de conhecimento, mas também o início do relacionamento direto com as organizações. Ademais, o estudo poderá gerar indicadores sobre as entidades antes da intervenção, facilitando a avaliação *ex-post*.

- d) Os dados dos questionários devem ser lançados em banco de dados para respectiva tabulação.
- e) Com os dados tabulados e gerados os gráficos correspondentes, a equipe deve produzir o retrato das associações, constando, ao menos:

- Número de entidades pesquisadas,
- Número de entidades que executam projetos,
- Tempo de existência das entidades,
- Natureza institucional (se são associações, cooperativas, entidades religiosas, entre outros),
- Entidades que possuem estatuto registrado, CNPJ,
- Conselhos os quais as entidades são filiadas,
- Situação da sede (se é própria, alugada, doada, em comodato, entre outros),

TRABALHO SOCIAL EM PROGRAMAS E PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

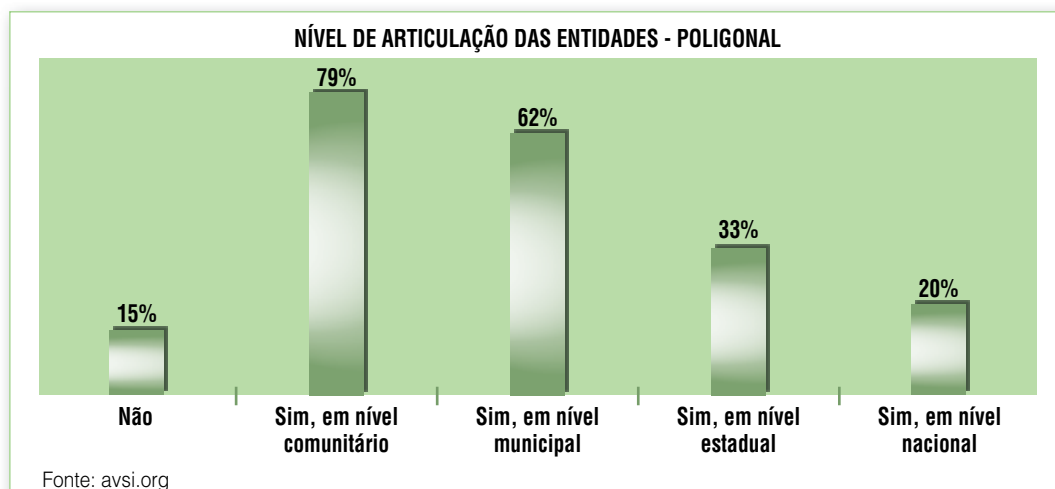
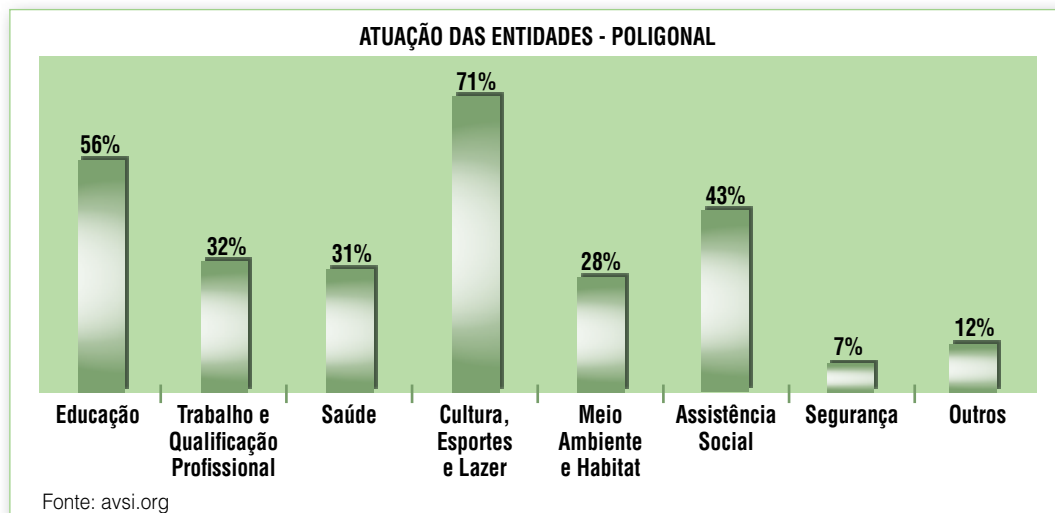
- Setores de atuação (educação; saúde; cultura, esporte e lazer; trabalho e qualificação profissional; meio ambiente; assistência social, entre outros),
- Tipos de atividades realizadas pelas entidades no respectivo setor de atuação (ex. entidade que atua no setor de educação – tipos de atividades possíveis: reforço escolar, educação infantil, alfabetização de adultos, pré-vestibular, entre outras),
- Modalidades de contratação dos colaboradores (termo de voluntariado, prestação de serviços, CLT, entre outros),
- Custo mensal das entidades,
- Origem do apoio financeiro das entidades (órgão público federal, órgão público estadual, órgão público municipal, empresas, instituições privadas sem fins lucrativos, entre outros),
- Modalidade de repasse dos recursos financeiros (convênio, doação mensal, doação anual, doação esporádica, contrato, entre outros),
- Perspectivas das entidades (ampliar parcerias, obter mais financiamentos, melhorar a sede, atuar em outros setores, entre outros),
- Principais dificuldades encontradas pelas entidades (recursos financeiros, estrutura física, número de colaboradores, baixa qualificação dos colaboradores, entre outros).

Em relação aos projetos das entidades, deve-se apresentar ao menos as seguintes informações, ilustradas por gráficos e fotos:

- Número de projetos,
- Setores de atuação dos projetos,
- Idades dos beneficiários (0 a 6 anos, 7 a 12 anos, 13 a 18, 19 a 25, 26 a 40, 41 a 59, a partir dos 60 anos),
- Recursos materiais dos projetos (computadores, linhas telefônicas, imóveis, automóveis, entre outros),
- Residência dos colaboradores (na macroárea, subárea, em outras áreas, etc),
- Capacitação dos colaboradores (se o projeto atua na capacitação dos colaboradores, articulação com parceiros para profissionalizá-los, etc),
- Dificuldades encontradas na execução dos projetos (recursos financeiros, situação da sede, número de colaboradores, baixa capacidade gerencial/ administrativa, violência, entre outros).

f) Ao final, o relatório da pesquisa deve constar, pelo menos, os seguintes itens: i) introdução; ii) descrição da pesquisa; iii) principais resultados (ilustrados com os gráficos); e iv) considerações gerais.

Emplos de Gráficos do Estudo das Associações da Sociedade Civil, Olinda. AVSI, 2009



De posse dos dados brutos, a equipe técnica deve organizar um encontro com todas as organizações com a finalidade de apresentar os resultados da pesquisa, bem como as primeiras observações de leitura. Esse momento é fundamental, pois permite compartilhar as informações encontradas com a realidade dos pesquisados.

A partir do encontro, a equipe gerará o retrato que será apresentado novamente às organizações e a outros atores, como órgãos públicos, conselhos municipais, universidades, potenciais financiadores, entre outros, iniciando um trabalho de divulgação e reconhecimento desse patrimônio.

O documento produzido deve ser disponibilizado para todas as organizações pesquisadas.

Exemplo de Mapa de Localização das Associações da Sociedade Civil – Ribeira Azul/PATS, AVSI, 2004.



Mapeamento do mercado de trabalho

Os moradores de áreas de assentamentos precários encontram-se em uma situação de vulnerabilidade social. Vários são os fatores negativos a que estão expostos: baixa escolaridade, falta de qualificação profissional, preconceito quanto à condição racial e ao fato de ser morador de periferia ou favelas. Esse perfil dificulta o acesso aos postos de trabalho formais.

Esse perfil determina a necessidade de realizar um **estudo específico** para orientar o projeto sobre estratégias de inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho formal, considerando as demandas do mercado e o perfil da população. Faz-se necessário o conhecimento de algumas variáveis provenientes de dados primários e secundários como o grau de escolaridade, as expectativas dos jovens e adultos, bem como as demandas do mercado e a existência de entidades formadoras qualificadas.

É preciso um estudo específico sobre como inserir os moradores (jovens e adultos) no mercado de trabalho

O estudo orienta a identificação dos **cursos a serem oferecidos pelo projeto** de forma a qualificar os jovens e adultos da área de intervenção, de forma que possam atender às demandas do mercado de trabalho. Indica-se que sejam destinadas aos jovens capacitações no âmbito da Lei da Aprendizagem, enquanto aos adultos, qualificação socioprofissional⁵. Ambas as capacitações se caracterizam por uma carga horária considerável, disciplinas de formação humana (abordagem de temas transversais que complementam a formação técnico-profissional) e acompanhamento por parte da equipe, junto com ações de inserção no mercado de trabalho.

Como fazer?

Panorama

O primeiro passo é levantar os dados secundários existentes e realizar entrevistas com informantes-chave para entender o panorama do mercado de trabalho do município e seu entorno. Se este se encontrar em alguma região metropolitana, aborda-se também a região. **Deve-se estar atento para identificar os setores mais aquecidos e que mais absorvem mão de obra, considerando o perfil socioeconômico dos moradores do projeto.**

- As principais fontes são:
- IBGE (www.ibge.gov.br) – o IBGE divulga mensalmente pesquisa de emprego em seis regiões metropolitanas da Federação;
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - MTE divulga mensalmente o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) em todos os setores da economia;
- Agências estaduais e municipais de planejamento e de intermediação de mão de obra;
- Federação das indústrias, Sistema S, sindicatos, associações;
- Estudos setoriais.

Na elaboração do panorama do mercado de trabalho não podem faltar indicadores como: PIA (Pessoas em Idade Ativa), Pessoas Economicamente Ativas (PEA), Pessoas Ocupadas (PO), Participação dos homens e mulheres no mercado de trabalho, Taxa de desemprego entre homens e mulheres e Evolução do emprego por setor de atividade (e por subsetor).

Grupos focais

Realização de grupos focais sobre potencialidades profissionais e interesses dos moradores (caso seja necessário, deve-se contratar um consultor com experiência nesse tipo de metodologia), realizando trabalho específico com jovens e adultos – destacando a participação feminina em ambos os grupos.

⁵ O volume 3 desse Manual abordará exaustivamente esses âmbitos.

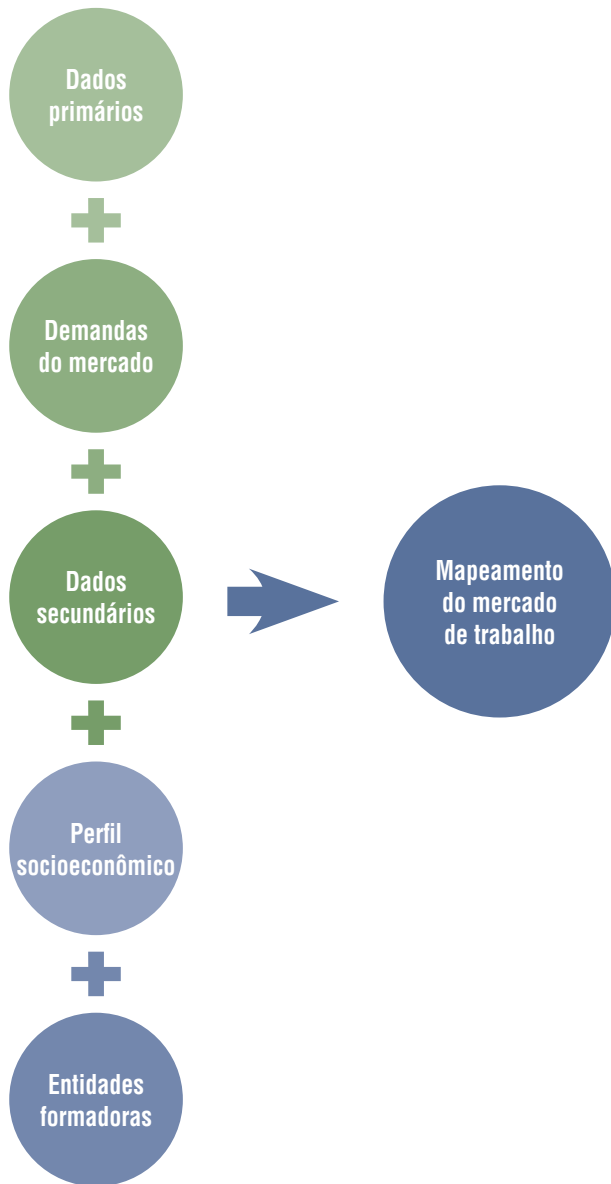
Desenho dos cursos

A partir das demandas do mercado de trabalho selecionadas de acordo com o perfil socioeconômico dos moradores e a existência de entidades formadoras, se tenta compatibilizar com as demandas manifestadas pelos jovens e adultos da área do projeto. **O resultado dessa leitura indicará os cursos a serem oferecidos.**

A equipe pode identificar alguma demanda do mercado compatível com o perfil dos moradores e que não foi mencionada por estes durante a realização do grupo focal. Nesse caso, a equipe deve considerar a demanda e verificar a existência de entidade formadora. Em caso positivo, a equipe pode sensibilizar os moradores quanto à oportunidade encontrada.

Dados e resultados

Montar uma tabela com os dados coletados (demandas do mercado, comunidade e existência de entidade formadora) pode auxiliar na visualização dos resultados. Veja exemplo fictício a seguir.



Sobre entidade formadora

A entidade formadora deve ter o(s) curso(s) reconhecido(s) pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Priorize entidades do Sistema S, no caso, SENAI e SENAC – têm expertise reconhecida, bem como dispõem de recursos próprios para oferecer cursos.

Veja mais informações sobre entidade formadora no Vol. III – Geração de Trabalho e Renda deste kit.

Ex.: Município X - Quadro de Demandas da Comunidade, Mercado e Entidade Formadora

DEMANDAS DA COMUNIDADE	DEMANDAS DO MERCADO	ENTIDADE FORMADORA	VIABILIDADE
JOVENS	JOVENS	JOVENS	JOVENS
Cultura	Cultura	Cultura	Cultura
Montador de palcos, Construtor de instrumentos, Grafiteagem, Serigrafia	Não foram encontrados dados sobre demandas do setor cultural	NÃO	NÃO
Turismo	Turismo	Turismo	Turismo
Formação de guias turísticos	Auxiliar de cozinha, bartender (preparador de <i>drinks</i> no bar), commim (auxiliar de garçom) de bar e restaurante, atendente de lanchonete, camareira e gestor de pequenos hotéis e pousadas	SIM	SIM
Informática	Informática	Informática	Informática
Manutenção de computadores e redes e Webdesign	Produtores de software	SIM p/hardware; NÃO p/software	NÃO
Construção civil	Construção civil	Construção civil	
Formação para pintor	Pedreiro, pintor, encanador, marceneiro	SIM	SIM
HOMENS	HOMENS	HOMENS	HOMENS
Construção civil	Construção civil	Construção civil	Construção civil
Eletricista, encanador, pedreiro	Pedreiro, pintor, encanador, marceneiro	SIM	SIM
Mecânica	Mecânica	Mecânica	Mecânica
Conserto de automóveis	Não há dados expressivos no setor formal	SIM	SIM
MULHERES	MULHERES	MULHERES	MULHERES
Alimentação	Alimentação	Alimentação	Alimentação
Padaria, pastelaria, confeitaria	Padaria, pastelaria, confeitaria	SIM	SIM
Saúde	Saúde	Saúde	
Auxiliar de enfermagem	Auxiliar de enfermagem (ETC.)	SIM	SIM





Município X - Quadro de Formações a serem Oferecidas

JOVENS	HOMENS	MULHERES
Turismo	Construção civil	Alimentação
Auxiliar de cozinha, bartender (preparador de drinks no bar), commim (auxiliar de garçom) de bar e restaurante, atendente de lanchonete, camareira e gestor de pequenos hotéis e pousadas	Pedreiro, pintor, encanador, marceneiro	Padaria, pastelaria, confeitaria
Construção civil		Construção civil
Pedreiro, pintor, encanador, marceneiro		Pedreiro, pintor, encanador, marceneiro

Comentários sobre o Quadro:

As formações aqui tratadas dizem respeito àquelas no âmbito da Lei da Aprendizagem (cerca de 920h) para jovens e qualificação socioprofissional (160-200h) para adultos e estão voltadas para o mercado formal.

Por conta disso, no exemplo do município X foram descartados:

- **o setor cultural** – por não haver dados do setor cultural e existência de entidade formadora. Se estivessemos considerando o setor informal, poderia ser inserido, assim como os do curso de mecânica;
- **o setor de saúde** – técnico em enfermagem para mulheres por ser um curso técnico com carga horária de 1.800h distribuídas ao longo de 2 anos. Entretanto, caso o projeto tenha recursos e tempo para promover o acesso a cursos técnicos, não há problemas.

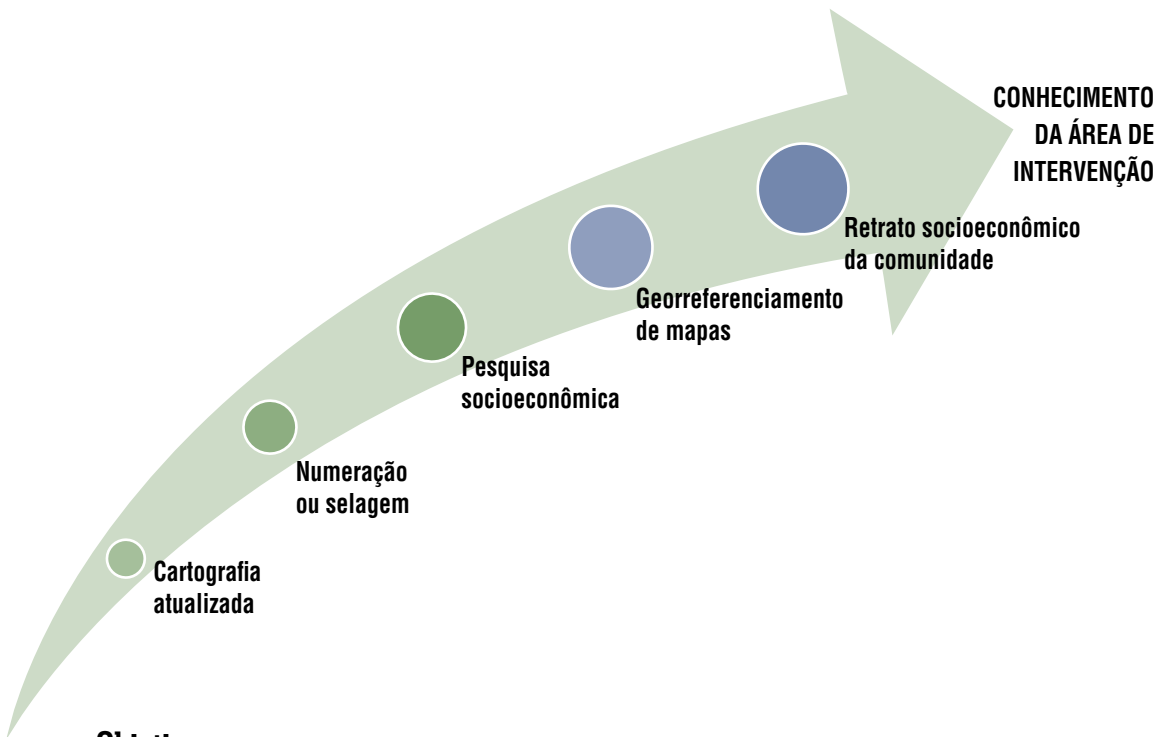
Ainda observando o exemplo, é possível observar que o setor de turismo para jovens permaneceu, entretanto, considerando as demandas do mercado formal – a formação para guias não se aplicava, visto que não havia uma demanda expressiva.

Estudo

De posse de todas as informações, pode-se redigir o estudo onde devem, ao menos, constar: i) Introdução; ii) Metodologia; iii) Panorama do mercado de trabalho; iv) Análise dos dados primários e secundários; v) Considerações gerais.

Conhecimento da área de intervenção (Microárea ou poligonal)

As ações nas áreas de intervenção são apresentadas após as da macroárea para melhor entendimento do leitor, mas podem ocorrer de forma paralela aos estudos da macroárea.



Objetivos

O conhecimento da área de intervenção permite:

- definir o universo das famílias a serem beneficiadas pela urbanização;
- realizar o cadastro físico e socioeconômico censitário das famílias;
- espacializar as informações da pesquisa com o Sistema de Informações Geográficas (SIG);
- produzir um retrato das famílias;
- permitir o congelamento da área;
- subsidiar os estudos setoriais.

Como fazer

Cartografia

Obter cartografia atualizada da área de intervenção. Nos últimos anos os municípios brasileiros fizeram um grande esforço para produzir cartografias atualizadas das cidades. Esse processo deve ser atualizado periodicamente, requerendo uma avaliação adequada se justifica fazer uma nova cartografia ou atualizá-la por meio de ortofoto ou imagens geradas por satélites.

Programa Brasil em Cidades

O Ministério das Cidades, por meio do programa Brasil em Cidades, doa imagens em alta resolução para as prefeituras. São imagens dos satélites QuickBird e Ikonos com resolução espacial igual ou superior a 1,0 m. Até o presente, as imagens adquiridas pelo MCidades abrangem 1.808 municípios.

Para obter essas imagens o município deve entrar em contato através do e-mail brasilemcidades@cidades.gov.br e verificar a disponibilidade.

Verificada a disponibilidade da imagem o Ministério das Cidades encaminha um Termo de Doação para ser assinado em duas vias, bem como rubrica em todas as paginas e posterior encaminhamento a este Ministério. Em seguida é feita a assinatura do Doador e suas testemunhas e encaminhamento para publicação no Diário Oficial e envio do termo com o Contrato de Licença e o DVD contendo a imagem.

Veja mais em www.brasilemcidades.gov.br

A ortofoto ou imagem gerada por satélite contribui para gerar o “marco zero” do projeto e instrumento de acompanhamento e avaliação das transformações promovidas pelo programa comparando as fotos *ex-post*.

Vista aérea de Novos Alagados, Salvador (BA), 1994 e 2006.



Vetorização

A partir da ortofoto serão extraídas em forma de linhas e polígonos (vetorização) os perímetros das projeções em planta das unidades habitacionais e equipamentos comunitários existentes (creche,

associação, entre outros), gerando o mapa com a delimitação das casas, sistema viário principal e elementos geográficos principais (rios, canais, mar, entre outros).

Numeração ou selagem

Segue-se à vetorização dos dados, a numeração ou selagem. Esta consiste em associar um número ao polígono da unidade habitacional que está na cartografia e verificar em campo a existência de uma ou mais unidades, em caso de verticalização, naquele polígono, bem como a localização dos equipamentos comunitários.

Exemplo de ortofoto aérea e vetorização – Alagados VI – 2000 - Salvador, BA.



Restituição aerofotogramétrica AVSI/CONDER, 2000.

É preciso dividir a área de intervenção em quadras, facilitando o controle da qualidade da numeração. A partir dessa divisão, o(s) pesquisador(es) vai em campo supervisionado(s) por um especialista em cartografia para localizar o polígono e transcrever o número em mapa, marcando a casa com gabarito e tinta spray (pode ser um número pintado na casa, uma plaqueta pregada, um adesivo, ou qualquer outra forma de identificação definida pela equipe técnica).

A realização da selagem possibilita levantar o número das unidades habitacionais da intervenção, localizando-as em mapa. À medida que as unidades habitacionais são numeradas, os técnicos vão inserindo os números no mapa segundo a disposição realizada em campo gerando um mapa digital com a identificação dos domicílios e equipamentos comunitários.

Exemplo de selagem – Alagados VI – 2000 - Salvador, BA. Fonte AVSI, 2000.



Pesquisa socioeconômica

Com a finalização da numeração, a pesquisa socioeconômica é realizada. É aplicado um questionário com questões socioeconômicas e de condição da moradia junto a todas as famílias das unidades habitacionais seladas/ numeradas. A pesquisa permite identificar o número exato de famílias residentes nos domicílios numerados, realizar o retrato socioeconômico da comunidade e conhecer as condições físicas, orientando a elaboração do projeto urbanístico e de ações sociais. Ainda contribui para gerar indicadores socioeconômicos, possibilitando a realização de mapas temáticos e futuras avaliações *ex-post*.

Para a aplicação da pesquisa é muito importante estruturar uma equipe de coordenação e supervisão qualificada e com experiência neste tipo de trabalho. Esta deverá elaborar um manual da pesquisa contendo a metodologia, o processo da pesquisa, as funções dos técnicos e o organograma das responsabilidades. O manual deverá reportar a definição clara de cada variável presente no questionário.

AUTORRECENSAMENTO

Exemplo de metodologia que pode complementar a fase de conhecimento

O autorrecenseamento é um censo feito pelos próprios moradores de uma área. Ele inclui desde informações tradicionalmente presentes em cadastros municipais, tais como dados demográficos e perfil sócio-econômico, bem como dados que a própria comunidade escolhe incluir, como por exemplo a quantidade de pessoas com necessidades especiais, idosos com dificuldade de locomoção, entre outros.

O autorrecenseamento tem se mostrado bastante eficaz como ferramenta de mobilização comunitária e na aproximação das pessoas e na formação de conhecimento coletivo. Este conhecimento é essencial para o fomento de ações democráticas tanto com o poder público, como com outros agentes. Os moradores têm, dessa forma, a oportunidade de reconhecer e identificar suas necessidades e prioridades, assim como utilizar a informação obtida para se aproximar de representantes públicos e privados para diálogos mais qualificados e negociações melhor instrumentalizadas.

Hoje já é possível identificar estudantes universitários que moram nestas áreas ou no seu entorno, que sugerimos sejam contratados como pesquisadores

Antes do início da pesquisa em campo se faz necessário um treinamento dos pesquisadores, bem como uma aplicação prática do questionário (ver modelo no site www.cidades.gov.br/snh) acompanhada da equipe de supervisão.

O pesquisador localiza o domicílio no mapa, dentro do setor de atuação selecionado para cada pesquisador. Verifica o número indicado no próprio mapa e no domicílio (posto durante a fase de numeração ou selagem) e identifica o questionário. Ou seja, **o número de identificação do questionário é o mesmo número aplicado na selagem.**

Normalmente a aplicação de cada questionário requer 1 – 1,5h, considerando que para garantir a qualidade da aplicação da pesquisa, é indicado realizar por dia no máximo 5 questionários.

Ao final do dia de trabalho os pesquisadores deverão preencher um formulário reportando as fichas produzidas. Os supervisores sucessivamente analisam todas as fichas para verificar eventuais inconsistências nas informações. Com a ficha aprovada, será enviada ao técnico de informática para o lançamento dos dados no sistema. Caso a ficha apresente pendências, o supervisor responsável pode diretamente voltar ao domicílio ou entregar novamente a ficha ao pesquisador para a atualização.

Para lançar as informações no sistema informático será necessário elaborar um banco de dados no qual serão lançadas as informações. Também neste momento será possível detectar eventuais incongruências dos dados exigindo um retorno em campo da ficha.

A partir da conclusão do trabalho em campo e do lançamento das informações no sistema informático, será elaborado pelo coordenador da pesquisa um relatório final cuja finalidade é demonstrar a qualidade científica da coleta das informações. Além disso, será produzido um documento de dados brutos da pesquisa através de gráficos e tabelas evidenciando a leitura de todas as variáveis reportadas no questionário. Paralelamente serão produzidos os mapas temáticos do SIG para uma leitura espacial das informações.

Exemplos de mapas temáticos que podem ser gerados a partir da realização da pesquisa:

APRESENTAÇÃO

1. Uso domicílio
2. Ramo de atividade (comercial, misto, serviço, industrial)
3. Domicílios de uso comunitário

MORADIA

1. Tipo de domicílio
2. Regime de ocupação do imóvel
3. Documentação de propriedade do imóvel

4. Estágio de construção domicílio
5. Estado de conservação do imóvel
6. Número de pavimentos
7. Número de cômodos
8. Número de quartos por domicílios
9. Número de pessoas por domicílio
10. Tempo de residência do chefe de família no domicílio
11. Tempo de residência do chefe de família no município
12. Propriedade de outros imóveis
13. Características das paredes
14. Tipo de cobertura
15. Tipo de piso
16. Unidade sanitária
17. Esgoto sanitário
18. Fornecimento de água
19. Acondicionamento de água
20. Fornecimento de energia elétrica
21. Depósito de lixo

TRABALHO

1. Situação ocupacional dos membros da família em idade economicamente ativa
2. Tempo que trabalha por dia
3. Local de trabalho
4. Profissões
5. Atividade exercida no momento
6. Renda total do domicílio
7. Renda per capita do domicílio

EDUCAÇÃO

1. Grau de instrução dos membros da família em idade economicamente ativa
2. Evasão escolar

SAÚDE

1. Situação em que procura o serviço de saúde
2. O que faz em caso de doenças
3. Instituição de saúde que procura com mais frequência
4. Problemas com serviço público de saúde
5. Conhece ou participa dos programas de saúde
6. Pessoas com deficiência em casa
7. Domicílios onde ocorreram óbitos nos últimos 10 anos
8. Tipo de água que bebe
9. Falta d'água nos últimos meses

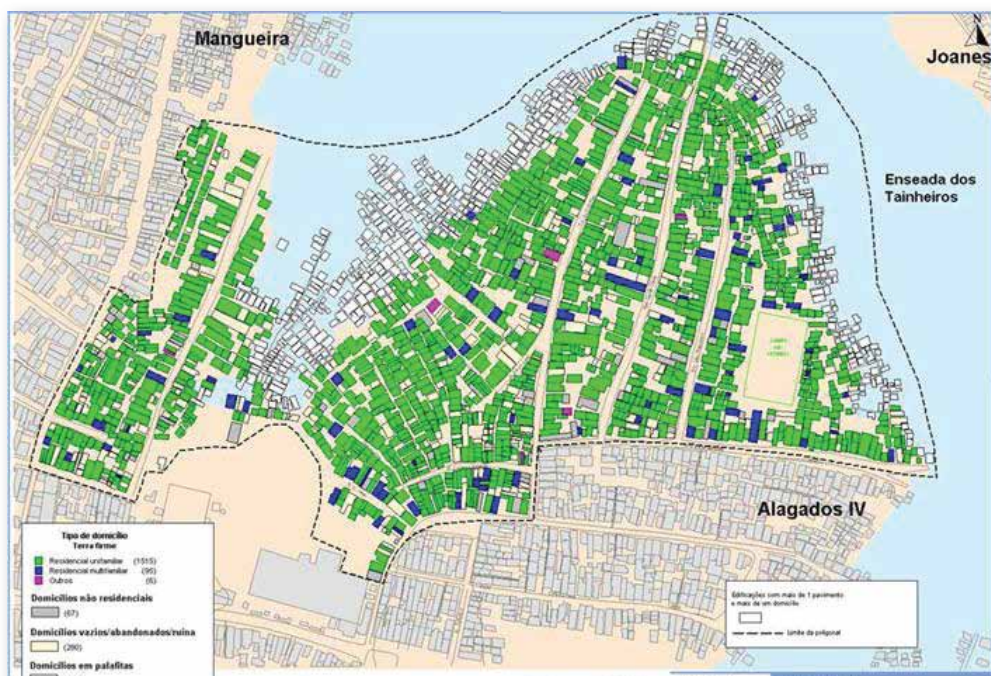
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

1. Conhece alguma organização comunitária
2. Já foi líder comunitário
3. Conhece projetos para melhoria da comunidade
4. Quem procura para resolver problemas pessoais
5. Demanda da comunidade por equipamentos sociais

RELAÇÕES FAMILIARES

1. Sexo
2. Idade que teve o 1º filho
3. Estado civil
4. Religião
5. Domicílios com presença de crianças até 6 anos
6. Domicílios com presença de crianças/adolescentes entre 7 e 18 anos
7. Domicílios com presença de adolescentes/jovens entre 14 a 22 anos
8. Domicílios com presença de pessoas a partir de 60 anos

Exemplo de mapa temático - SIG – Alagados VI – 2000 - Salvador, BA. Fonte AVSI, 2000.



De posse dos dados tabulados e com o SIG pronto, será elaborado o Retrato Socioeconômico da área de intervenção. O documento deve, ao menos, ser integrado por:

- Caracterização da área de intervenção;
- Leitura das dimensões urbana e socioeconômica levantadas;
- Localização das áreas com maior carência de infraestrutura e habitação;
- Leitura espacial do território através dos mapas do SIG;
- Matriz reportando as ações estratégicas ligadas às temáticas urbana, social e ambiental.

Investir no planejamento

Após as atividades de conhecimento, inicia-se a fase de planejamento a qual prevê a construção da estratégia de intervenção da macroárea, compartilhada pelos diversos atores envolvidos no território, propondo ações de desenvolvimento urbano e social, de valorização da sociedade civil e de articulação com demais políticas públicas e setor privado.

Partindo da premissa de que o desenvolvimento implica a participação do Estado, sociedade civil e setor privado, o planejamento compreende ações a serem protagonizadas por todos os atores, valorizando o patrimônio já existente na comunidade, tentando, por um lado, apoiá-lo e fortalecê-lo e, por outro, articular com outros atores (públicos e privados) e recursos para que, em parceria, possam contribuir, cada um com seu papel e capacidade, para o desenvolvimento da área.

Essa etapa gera o Projeto de Trabalho Social (PTS), contendo a sistematização das informações de todas as pesquisas e diagnósticos e uma proposta de ações voltadas para a melhoria das condições de vida da população da macroárea e em particular da(s) área(s) de intervenção.

Em relação ao Plano de Reassentamento Involuntário o Ministério das Cidades publicou uma normativa específica que deverá ser seguida para a definição das metodologias para as famílias a serem reassentadas em programas de urbanização de assentamentos informais. Ver em: www.cidades.gov.br/snh.

Como fazer?

As atividades de planejamento devem ser voltadas para a macroárea, incluindo a definição de ações específicas para as áreas de intervenção, sendo o Projeto de Trabalho Social o principal instrumento.

PROJETO DE TRABALHO SOCIAL (PTS)

Para criar estratégia de desenvolvimento da área, é importante elaborar o Projeto de Trabalho Social (PTS). O documento deve reunir: i) síntese dos estudos realizados voltados para a macroárea e área(s) de intervenção; ii) definição das diretrizes para o desenvolvimento social, e iii) proposta de ações sociais a serem realizadas na macroárea e na(s) área(s) de intervenção.

O PTS deve ser um instrumento no qual a comunidade também se reconheça e aprove. Para que o PTS seja participativo, tendo o reconhecimento da comunidade como um produto construído conjuntamente entre os técnicos e os beneficiários, durante sua elaboração é imprescindível o acompanhamento de todas as suas etapas pela comunidade/ associações. Sendo assim, cada etapa só será dada como concluída após ter sido apresentada, discutida, muitas vezes modificada, e, finalmente, aprovada pelos interlocutores da comunidade.

Etapas

1. Faça um capítulo de **contextualização** da macroárea e respectiva(s) área(s) de intervenção.

Informações mínimas a serem inseridas:

- Dados de população – pop. absoluta, densidade demográfica, distribuição espacial;
- Dados socioeconômicos - educação, saúde, renda;
- Dados sobre a urbanização – histórico, especificidades, déficit quantitativo e qualitativo de moradia, saneamento;
- Aspecto local (do município e da área de intervenção) merecedor de destaque como cultura, violência, grande mobilização da sociedade civil, entre outros;
- Mapa do Brasil com região, estado e município da área de intervenção;
- Mapa de localização da área de intervenção dentro do município.

2. Agora é feita a **síntese dos estudos realizados** – DRUP, Pesquisa das Associações da Sociedade Civil e Estudo do Mercado de Trabalho.

Do DRUP, serão apresentados no Plano:

- Descrição da metodologia;
- Caracterização geral da macroárea e áreas de intervenção;
- Áreas críticas;
- Caracterização do ambiente relacionado aos tipos de ocupação;
- Histórico da ocupação;
- Equipamentos e programas sociais públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança, com respectivos mapas de localização;
- Sistema de mobilidade urbana;
- Tabela de comparação entre as subáreas da área de intervenção dos seguintes aspectos: extensão e população, localização e acesso, ambiente e ocupação, equipamentos públicos, trabalho e renda, demografia, escolaridade e renda.
- Principais considerações;
- Mapas ilustrando as gradações de pobreza na macroárea e áreas de intervenção;
- Fotos.

Da Pesquisa das Associações da Sociedade Civil:

- Descrição da metodologia;
- Principais resultados da pesquisa referentes às entidades e aos projetos existentes das mesmas. Sobre as entidades, o texto deve constar pelo menos as seguintes informações, ilustradas por gráficos e fotos:
 - ✓Número de entidades pesquisadas,
 - ✓Número de entidades que executam projetos,
 - ✓Tempo de existência das entidades,
 - ✓Natureza institucional (se são associações, cooperativas, entidades religiosas, entre outros),
 - ✓Entidades que possuem estatuto registrado, CNPJ,
 - ✓Conselhos os quais as entidades são filiadas,
 - ✓Situação da sede (se é própria, alugada, doada, comodato, entre outros),
 - ✓Setores de atuação (educação; saúde; cultura, esporte e lazer; trabalho e qualificação profissional; meio ambiente; assistência social, entre outros),
 - ✓Tipos de atividades realizadas pelas entidades no respectivo setor de atuação (ex. entidade que atua no setor de educação – tipos de atividades possíveis: reforço escolar, educação infantil, alfabetização de adultos, pré-vestibular, entre outras),
 - ✓Modalidades de contratação dos colaboradores (termo de voluntariado, prestação de serviços, CLT, entre outros),
 - ✓Custo mensal das entidades,
 - ✓Origem do apoio financeiro das entidades (órgão público federal, órgão público estadual, órgão público municipal, empresas, instituições privadas sem fins lucrativos, entre outros),
 - ✓Modalidade de repasse dos recursos financeiros (convênio, doação mensal, doação anual, doação esporádica, contrato, entre outros),
 - ✓Perspectivas das entidades (ampliar parcerias, obter mais financiamentos, melhorar a sede, atuar em outros setores, entre outros),
 - ✓Principais dificuldades encontradas pelas entidades (recursos financeiros, estrutura física, número de colaboradores, baixa qualificação dos colaboradores, entre outros).
- Em relação aos projetos das entidades, deve-se apresentar ao menos as seguintes informações, ilustradas por gráficos e fotos:
 - ✓Número de projetos,
 - ✓Setores de atuação dos projetos,
 - ✓Idades dos beneficiários (0 a 6 anos, 7 a 12 anos, 13 a 18, 19 a 25, 26 a 40, 41 a 59, a partir dos 60 anos),
 - ✓Recursos materiais dos projetos (computadores, linhas telefônicas, imóveis, automóveis, entre outros),
 - ✓Residência dos colaboradores (na macroárea, áreas de intervenção, em outras áreas, etc),
 - ✓Capacitação dos colaboradores (se o projeto atua na capacitação dos colaboradores, se busca parceiros para profissionalizá-los, etc),
 - ✓Dificuldades encontradas na execução dos projetos (recursos financeiros, situação da sede, número de colaboradores, baixa capacidade gerencial/ administrativa, violência, entre outros).

TRABALHO SOCIAL EM PROGRAMAS E PROJETOS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

- Análise das informações,
- Considerações gerais,
- Lista das entidades pesquisadas com respectivos projetos,
- Mapa de localização das entidades.

Quanto ao Mapeamento do Mercado de Trabalho, não podem faltar:

- ✓ Panorama do mercado de trabalho com indicadores como: PIA (Pessoas em Idade Ativa), Pessoas Economicamente Ativas (PEA), Pessoas Ocupadas (PO), Participação dos homens e mulheres no mercado de trabalho, Taxa de desemprego entre homens e mulheres, Evolução do emprego por setor de atividade (e por subsetor),
- ✓ Análise da pesquisa de dados primários e secundários (Quadro de Demandas da Comunidade, Mercado e Entidade Formadora),
- ✓ Considerações gerais.

Definição das diretrizes

3. O PTS deve apresentar propostas de melhoria para toda a macroárea, para tanto, deve estabelecer diretrizes - áreas temáticas – para nortear as ações a serem financiadas com recursos do projeto e oriundos de articulação com outros atores públicos e privados. Recomendamos as diretrizes de educação, família, trabalho, habitat e fortalecimento da sociedade civil (ver Box), entretanto, a equipe técnica deve verificar a correspondência destas no território.

SOBRE AS DIRETRIZES

As diretrizes recomendadas são resultantes de pesquisas socioeconômicas censitárias e amostrais no ano de 1999/2000, realizadas em um programa de cooperação internacional (PATS/ Ribeira Azul), originando um banco de dados que permitiu a realização de estudos estatísticos dos quais emergiram estas diretrizes, que, a despeito do tempo decorrido, continuam atuais.

As diretrizes selecionadas - educação, família, trabalho e habitat partem das seguintes premissas: os recursos do programa não são suficientes para atender a todas as carências identificadas, portanto, é necessário priorizar âmbitos de atuação que tenham um valor mais estratégico. A segunda premissa é que as ações propiciem as condições básicas a partir das quais as pessoas atuarão em favor do seu próprio desenvolvimento.

No estudo realizado foi definido como prioritário o investimento em educação, por ser a componente “mais abrangente e a que mais reflete sobre os outros aspectos da vida das pessoas. Melhores índices de escolaridade e educação estão associados diretamente a uma maior renda familiar, a melhores condições de vida, a índices de trabalho mais estáveis, menores índices de desemprego, melhor qualidade da casa, menor densidade habitacional, entre outros”. Isto significa que as pessoas com melhores oportunidades educativas enfrentam a realidade de forma mais apropriada, obtendo melhores condições de trabalho e renda, melhores condições habitacionais e uma melhor qualidade de vida de forma geral.

A educação pode conter formas de atuação muito distintas, mas todas possuem potencial de benefícios que vão além da ação específica: a educação infantil, por exemplo, ao mesmo tempo em que possibilita evidentes ocasiões de desenvolvimento integral para a criança, oferece também um serviço fundamental para a família, fornecendo cuidados aos filhos e permitindo que os pais trabalhem, ou, ainda, garantindo alimentação uma ou duas vezes por dia para a criança, sendo esta, freqüentemente, as únicas refeições que a criança recebe. Da mesma forma a educação fundamental, ao mesmo tempo em que proporciona

conhecimentos e ocasiões de aprender a lidar com a realidade de forma madura e responsável, prepara para uma futura formação profissional, além de oferecer muitas vezes alternativas à vida na rua e, portanto, alternativas à violência e à marginalidade. Isso é também evidenciado na análise dos dados socioeconômicos demonstrando que a escolaridade influi na redução do trabalho infantil.

O nível educacional ainda possui uma forte relação com a pobreza, isto é, o investimento na educação é fundamental para a redução da pobreza e para o aumento na renda, além de estar associada à fertilidade, pois para as mulheres quanto maior o nível educacional menor a sua taxa de fertilidade. Observamos também que a diretriz educação é a que abrange o maior número e diversidade de ações e de beneficiários. As ações vão desde o apoio a creches, à construção e/ou reforma e gestão de equipamentos (creches, escolas de nível fundamental e médio) a cursos de capacitação de professores, de educação sexual para adolescentes, de alfabetização de adultos etc. Os beneficiários incluem crianças e adultos ou professores e alunos, além das associações locais.

Outra importante diretriz é a família que é a primeira “experiência relacional que confere ao ser humano os atributos que o distinguem enquanto tal”. É em torno do ambiente familiar que o cotidiano das pessoas é estruturado e, em áreas subnormais em que os serviços públicos são precários, torna-se mais relevante ainda pois através dela são enfrentadas as questões de moradia, educação, nutrição e saúde.

Há forte integração da “variável” família em todos os outros aspectos do desenvolvimento. Quando os pais possuem um bom nível de escolarização, os filhos tendem a ter mais chances de estudar, mostrando que são os pais, geralmente os mais sensibilizados sobre a importância da educação, que permitem e motivam que os filhos estudem. Da mesma forma, quando os pais possuem um trabalho mais estável, os filhos também apresentam a tendência de buscarem e conseguirem melhores condições de trabalho.

O trabalho representa uma diretriz fundamental para o desenvolvimento, não somente como fonte de renda, mas, sobretudo, como possibilidade de realização e oportunidade de crescimento humano. A análise dos dados socioeconômicos, além de mostrar que o trabalho é diretamente relacionado com a instrução, mostra também que melhores condições de trabalho e conseqüentemente de renda estão diretamente relacionadas com uma melhor qualidade da habitação, menor densidade habitacional, melhores condições de vida da família como um todo. Outra indicação interessante oriunda da relação entre as variáveis dos dados socioeconômicos é representada pela importância do trabalho feminino na família, o principal responsável pela educação dos filhos e pelas melhorias na qualidade da casa nas áreas carentes.

A diretriz de desenvolvimento chamada habitat, resume todos os aspectos relativos tanto à moradia bem como a educação sanitária e ambiental, ao lazer, esporte e cultura e à saúde, sendo estas variáveis diretamente relacionadas entre si: moradias precárias condicionam tanto o meio ambiente, como também a saúde dos moradores, que, por sua vez exige condições higiênicas adequadas e um ambiente sadio.

A boa conservação da unidade habitacional é condição básica essencial para o desenvolvimento do ser humano em todos os seus aspectos e para uma maior qualidade de vida. Melhores condições habitacionais estão diretamente ligadas a questões educativas, a uma maior atenção na educação dos filhos, a maior renda da família, trabalho mais estável dos familiares, menor desemprego, escolarização mais elevada dos adultos (especialmente das mulheres) e menores índices de analfabetismo.

Inversamente, a alta densidade habitacional (número de pessoas por quarto), como índice negativo de qualidade na moradia, está diretamente relacionada a elevados índices de abandono escolar, maiores índices de desemprego dos jovens, maiores índices de trabalho do menor, baixa qualidade do trabalho e baixa renda e stress doméstico.

Ao lado das diretrizes apresentadas, no decorrer da execução de vários projetos de habitação de interesse social, acrescentamos o fortalecimento da sociedade civil, indispensável para a continuidade do processo de melhoria do território impulsionado pelo projeto e de sustentabilidade da intervenção.

Mapeamento Rápido Urbano Participativo por meio do levantamento dos programas e equipamentos públicos, das caminhadas e realização de grupos focais é um grande recurso para a seleção das diretrizes e âmbitos de possíveis intervenções, assim como os resultados da Pesquisa das Associações da Sociedade Civil e do Estudo do Mercado de Trabalho.

4. **Proposta de ações** voltadas a toda a macroárea e à(s) área(s) de intervenção, para nortear as ações a serem financiadas com recursos do componente social do Ministério das Cidades (ver Box).

OS EIXOS DO TRABALHO SOCIAL

Os Eixos do Trabalho Social indicados pelo Ministério das Cidades e passíveis de financiamento são:

- 1 Mobilização, organização e fortalecimento social - prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária visando ao fortalecimento das organizações existentes no território, à constituição e à formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social.
- 2 Inclusão produtiva, econômica e social - objetiva a articulação de políticas públicas, o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover a sustentabilidade da intervenção após sua conclusão, fomentando condições para um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo, conforme indicações do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial. Esse eixo também é voltado para toda a macroárea
- 3 Acompanhamento e gestão social da intervenção – visa acompanhar e gerir as interferências ocorridas ao longo da execução da intervenção, bem como preparando e acompanhando a comunidade para compreensão sobre esta, de modo a minimizar os aspectos negativos vivenciados pelos beneficiários e evidenciar os ganhos ocasionados ao longo do processo, contribuindo para sua implementação.
- 4 Educação ambiental e patrimonial - busca promover mudanças de atitude em relação ao meio ambiente e à vida saudável, a fim de alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção, tendo como objetivo, ainda, o esclarecimento sobre as responsabilidades dos beneficiários na correta utilização e preservação dos serviços implantados, tanto os individuais como os coletivos.

Os dois primeiros eixos (Mobilização, Organização e Fortalecimento Social e Inclusão Produtiva, Econômica e Social) são voltados para toda a macroárea. Para a construção de ações nesses âmbitos sugerimos consultar respectivamente o vol. II desse kit – Fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil e o vol. III – Geração de Trabalho e Renda.

Já os dois últimos (Acompanhamento e gestão social da intervenção e Educação ambiental e patrimonial), orientam ações voltadas para a(s) área(s) de intervenção.

5. Cada ação financiada diretamente pelo MCidades deve ser acompanhada de justificativa, detalhamento das atividades, definição da modalidade de execução (execução direta da própria equipe ou contratação de consultoria) e orçamento. Veja exemplo a seguir.

Ex.: FORMAÇÃO PARA ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

DIRETRIZ: FORTALECIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL

O Projeto XXXX experimenta uma metodologia de atuação baseada no fortalecimento da sociedade civil e dos serviços por ela oferecidos à população, apostando no protagonismo das associações, no diálogo com o poder público e nas parcerias com o setor privado, a fim de impulsionar a sustentabilidade dessas instituições, com objetivos de desenvolvimento local e das pessoas.

Em análise aos dados estatísticos obtidos por meio da pesquisa com as entidades da sociedade civil da poligonal de intervenção, foi verificado no que se refere às perspectivas, as entidades demonstram existir um equilíbrio entre as opções de: melhorar a estrutura da sede (46%), aumentar o número de beneficiários (43%), ampliar parcerias (65%) e obter financiamentos (53%) ou ainda, adquirir sede própria, obter algum tipo de financiamento e constituir-se formalmente (45%). Ainda, quando questionadas sobre as dificuldades enfrentadas, os resultados foram: 75% das instituições pontuam a falta de **recursos financeiros**, 65% à dificuldade de **estrutura física** e 47% das instituições afirmaram dificuldades em relação à elaboração de projetos e captação de recursos, inclusive havendo o reconhecimento de seus responsáveis quanto à necessidade de formação nessa área.

Outro problema enfrentado pelas entidades é quanto às exigências dos financiadores, umas porque não são constituídas formalmente, e outras que são formais, muitas vezes estão com certidões, estatutos ou outros documentos necessários desatualizados. Também é relevante destacar que a pesquisa revelou que a maioria dessas entidades executa um único projeto. Ou seja, o fim do projeto pode significar a paralisação (temporária ou definitiva) da organização, o que está diretamente relacionado à fragilidade em mobilizar recursos e em utilizar outras ferramentas de gestão que garantam a sustentabilidade da instituição.

A combinação dos dados estatísticos de todo o conteúdo da pesquisa, possibilitou conclusões quanto a aspectos relevantes à dinâmica e organização das entidades da sociedade civil, inclusive, subsidiando a definição do eixo desta ação promovida pelo Projeto. A proposta pedagógica da formação em desenvolvimento institucional tem como enfoque principal a mobilização de recursos e prevê relevantes aspectos transversais a um modelo de gestão como o desenvolvimento organizacional, a sustentabilidade técnico-gerencial e financeira e outros instrumentos de mobilização de recursos.

As oficinas pedagógicas e o acompanhamento/monitoramento serão realizados junto às 80 entidades pesquisadas, totalizando uma carga horária de 102h, distribuídas ao longo de 10 meses, sendo 64h destinadas às oficinas pedagógicas e as 28h restantes apoiando as entidades na aplicação do conhecimento teórico ministrado. Serão realizadas 7 encontros de 4h com o propósito de esclarecer dúvidas e fazer mais exercícios simulados do cotidiano das organizações. As entidades serão estimuladas a trazer dúvidas e exemplos próprios para serem discutidos em salas.

Formação em Desenvolvimento Institucional - Conteúdo Programático			
Módulo	Tema	Conteúdo Programático	Carga Horária
Desenvolvimento Organizacional	Sustentabilidade social e política, com atenção especial à questão da IDENTIDADE das organizações (quem somos, o que queremos, qual nosso papel)	Sustentabilidade social e política; Missão; Estratégias; Objetivos.	16h
Sustentabilidade administrativo-financeira	“Setor” administrativo-financeiro, passando pela questão jurídica; Estarão em foco as questões legais e institucionais das entidades como: os documentos necessários para regularização, que órgãos devem ser procurados, direitos e deveres das organizações, o que são organizações sociais e comunitárias, além da importância do desenvolvimento administrativo e conceitos financeiros básicos.	Regularização das organizações: <ul style="list-style-type: none"> • documentação; • órgãos responsáveis; • direitos e deveres das organizações; • organizações sociais e organizações comunitárias; • Desenvolvimento administrativo-financeiro; • conceitos básicos sobre despesas, receitas • fases de um orçamento • abertura de contas] • relatório financeiro. 	24h
Desenvolvendo outros instrumentos de mobilização de recursos	Foco em elaboração de projetos, com perspectivas para construção de um Plano de Mobilização de recursos.	Captação de recursos; Elaboração de projetos; <ul style="list-style-type: none"> • contexto, • justificativa, • objetivos (geral e específicos), - marco lógico, • metodologia, • ações, • memória de cálculo/prestação de contas, • cronograma de atividades, • referências bibliográficas, • monitoramento e avaliação 	24h
TOTAL			64h

A Formação em Desenvolvimento Institucional será realizada por meio de execução indireta (contratação de consultoria, nesse caso, o texto deve constar a apresentação concisa da organização) e terá o valor de R\$53.000,00 (cinquenta e três mil reais), conforme quadro a seguir.

FORMAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL: Execução de 2 turmas de 50 alunos cada, com carga horária de 80h		
Atividades	Detalhamento	Valor (R\$)
Oficinas teóricas e de acompanhamento	(R\$100/hora * 80horas * 2 cursos)	16.000,00
Material didático	(R\$200 * 100 participantes)	20.000,00
Lanche	(R\$3,5 * 100 participantes * 20 encontros)	7.000,00
Vale transporte	(R\$ 5,00 * 100 participantes * 20 encontros)	10.000,00
TOTAL		53.000,00

6. Finalizada a etapa do planejamento da macroárea, a equipe deve voltar-se para a proposição das atividades nas áreas de intervenção. As famílias que moram nessas poligonais normalmente sofrem um processo de transformação urbana e social muito forte em razão dos programas de habitação de interesse social. Para minimizar esses impactos, elas devem receber diretamente uma atenção especial mediante as ações inseridas em um capítulo do PTS.

O objetivo desse capítulo é definir ações para que a população da área de intervenção possa se apropriar de modo sustentável e integral do empreendimento urbanístico e social, fomentando e favorecendo o processo participativo da comunidade na concepção, transformação e sustentabilidade do novo espaço urbano e de convivência social.

Na etapa de conhecimento foram realizados os estudos de caracterização da área de intervenção por meio da pesquisa socioeconômica censitária das famílias e da visualização das variáveis do questionário em mapa, além das informações levantadas no Diagnóstico Rápido Urbano Participativo, fornecendo assim informações suficientes para a elaboração do plano

A equipe técnica deverá propor ações com o intuito de: i) facilitar o diálogo para a definição do processo de transformação física da área (urbana, habitacional e social); ii) acompanhar as famílias na fase de preparação, execução das obras e pós-ocupação das habitações e iii) promover ações de cunho educativo que visem a conservação do novo espaço urbano junto a população.

Como os kits metodológicos ora apresentados já tratam dos eixos “Mobilização, organização e fortalecimento social” e “Inclusão produtiva, econômica e social”, as atividades mínimas para os demais eixos do trabalho social, são descritas conforme previsto pela Instrução Normativa do Ministério das Cidades.

ACOMPANHAMENTO E GESTÃO SOCIAL DA INTERVENÇÃO

As atividades mínimas referentes a esse eixo são:

- Divulgar amplamente o projeto na região;
- Criar condições para facilitar a participação do(a)s moradore(a)s nos diversos momentos da realização do projeto, compatibilizando demandas e propostas;
- Assegurar aos moradores o acesso permanente às informações do projeto, gerenciando discussões, fomentando a divulgação, contribuindo para a compreensão sobre a intervenção, visando ao acompanhamento de todos os estágios do processo;
- Apoiar a constituição das comissões de representantes por ruas para facilitar o conhecimento e a divulgação das iniciativas do projeto;
- Definir o arranjo para a participação e o acompanhamento comunitário;
- Definir o arranjo para os moradores acompanharem e supervisionarem a qualidade da execução das obras;
- Contribuir mediante ações socioeducativas para a reflexão dos moradores sobre sua realidade e passagem para um novo padrão de moradia e sociabilidade;

- Apresentar à comunidade o resultado das ações socioeducativas, utilizando expressões artísticas e culturais;
- Elaborar o plano de gestão condominial, compartilhado com a comunidade, e acompanhar sua execução.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

As atividades mínimas relativas ao referido eixo são:

- Contribuir para sensibilização em benefício da preservação ambiental e da qualidade de vida do lugar;
- Apoiar ações socioambientais desenvolvidas pelas organizações atuantes na área;
- Orientar as famílias residentes na área de abrangência do Projeto, sobre formas de racionalizar os serviços essenciais como água e energia, preservando os recursos naturais;
- Proporcionar aos participantes a oportunidade do reconhecimento do seu patrimônio ambiental, identificando e valorizando seus ecossistemas;
- Criar um espaço de discussão para troca de conteúdo prático, no campo de Educação Ambiental;
- Desenvolver projetos em parceria com o setor formal e a comunidade, em prol da melhoria das condições ambientais;
- Desenvolver ações que estimulem a mudança de novos comportamentos e a assimilação de novos hábitos, em relação ao uso correto dos equipamentos de infraestrutura;
- Orientar e incentivar o uso adequado dos equipamentos de saneamento básico.

Ao final, o(s) capítulo(s) contemplará(ão):

- Definição e funcionamento dos arranjos para a participação e o acompanhamento comunitário;
- Descrever ações previstas por eixos, através do uso de tabelas, reportando as atividades, metas e resultados esperados
- Metodologia para o monitoramento interno e indicadores de resultados;
- Organização do trabalho (equipe técnica, estrutura, logística);
- Cronograma de Atividades e Financeiro;
- Orçamento das ações.



Plano de desenvolvimento socioterritorial (PDS)

A equipe técnica a partir do conhecimento e vivência no território proporcionados pela execução do Projeto de Trabalho Social deverá elaborar até o início da fase de pós-obra um Plano de Desenvolvimento Socioterritorial.

O Plano de Desenvolvimento Socioterritorial é compreendido como o documento resultante da evolução do Trabalho Social, estruturado em objetivos e ações de curto e médio prazo, a fim de promover a continuidade e ampliação dos processos implantados e deverá, ao menos, conter:

- identificação das demandas da população beneficiária por direitos sociais, em continuidade aos já atendidos ao longo do Trabalho Social e outros não contemplados;
- identificação dos atores/parceiros aptos a responder as demandas levantadas;
- ações/atividades previstas por tipo de demanda. Cada ação deve ser acompanhada de justificativa, orçamento estimado e possível ator para sua execução. Ao final, deve ter um quadro-síntese com diretriz, ação, orçamento e possível ator. Veja exemplo de **quadro fictício**.

DIRETRIZ	AÇÃO PRIORITÁRIA	ATIVIDADES ESPECÍFICAS	ATOR	VALOR (R\$)
HABITAT	Instalação de espaços de lazer	Bairro Branco – Instalação de quadra poliesportiva	Prefeitura Municipal de XXX	R\$ 40.000
		Bairro Amarelo – Iluminação de praça	Prefeitura Municipal de XXX	R\$ 80.000
		Bairro Azul – Criação de parque para crianças na Pça da Árvore Verde	Prefeitura Municipal de XXX	R\$ 30.000
			TOTAL	R\$ 150.000

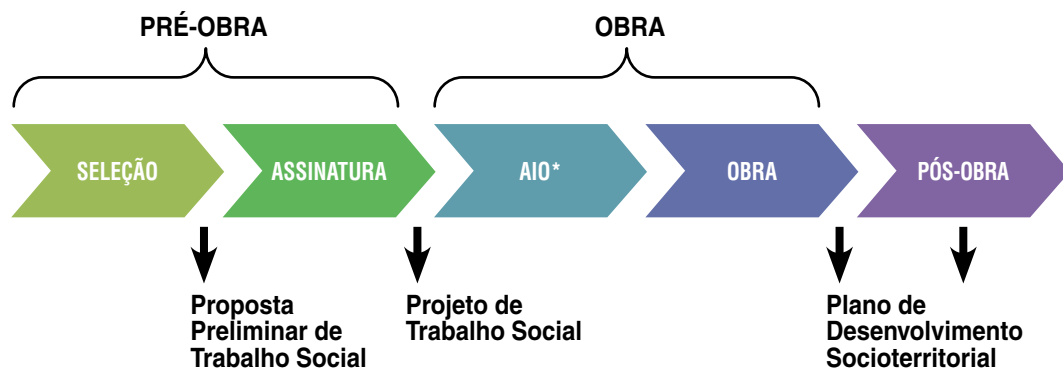
- estratégia de implementação das ações/atividades;
- cronograma de implementação das ações/atividade de curto, médio e longo prazo;
- levantamento dos custos e identificação das fontes de recursos;
- definição de mecanismos de participação e controle social na execução do Plano.

Produtos do Trabalho Social

A imagem abaixo sintetiza a sequência das fases do trabalho social. Para obtenção do financiamento, o município apresenta no que concerne ao componente social, a **Proposta Preliminar de Trabalho Social, que pode ser** construída a partir de dados secundários.

Com a aprovação do recurso, é dado início às etapas de conhecimento e planejamento descritas neste volume, tendo como principal produto o **Projeto de Trabalho Social (PTS)**, que orientará as ações da equipe na fase de obras e pós-obras.

A partir do PTS, deverá ser produzido, até o início da fase de pós-obra, o **Plano de Desenvolvimento Socioterritorial**, cujo objetivo será promover a continuidade e ampliação dos processos implantados por meio do projeto de trabalho social.



(*) Autorização de Início de Objeto

GLOSSÁRIO

ÁREA DE INTERVENÇÃO: área delimitada e ocupada predominantemente por famílias de baixa renda, que demanda urbanização ou desocupação, total ou parcial, com vistas à adequação urbana e habitacional, e cuja população beneficiária e situação de precariedade serviu para o cálculo dos investimentos a serem realizados. Nos casos em que houver necessidade de remanejamento/reassentamento, trata-se do local de origem das famílias a serem remanejadas/reassentadas. Nos empreendimentos de saneamento, é a área delimitada pelo projeto que provoca mudanças nas condições de vida da população ou na relação de acesso das pessoas aos serviços de saneamento.

APRENDIZAGEM: de acordo com o Manual da Aprendizagem do MTE, a aprendizagem é a formação técnico-profissional ministrada ao adolescente ou jovem segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor, implementada por meio de um contrato de aprendizagem. O Programa de Aprendizagem prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, com especificação do público-alvo, dos conteúdos programáticos a serem ministrados, período de duração, carga horária teórica e prática, mecanismos de acompanhamento, avaliação e certificação do aprendizado, observando os parâmetros estabelecidos na Portaria MTE nº 615, de 13 de dezembro de 2007. São consideradas atividades teóricas aquelas desenvolvidas na entidade formadora, sob orientação desta. As atividades práticas são aquelas desenvolvidas na empresa ou na entidade formadora, conforme o caso. A entidade formadora deverá fornecer à empresa o respectivo plano de curso, orientá-la para que ela possa compatibilizar o desenvolvimento da prática à teoria ministrada.

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: territórios urbanos com dimensões e tipologias variadas, habitados, majoritariamente, por famílias de baixa renda e caracterizados por uma ou mais das peculiaridades seguintes: i) irregularidade fundiária e/ou urbanística; ii) deficiência de infraestrutura; iii) ocupação de áreas sujeitas a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco; iv) altos níveis de densidade dos assentamentos e das edificações combinados à precariedade construtiva das unidades habitacionais; v) grandes distâncias percorridas entre a moradia e o trabalho associadas a sistemas de transporte insuficientes, caros e com alto nível de desconforto e insegurança; vi) insuficiência dos serviços públicos em geral, principalmente de saneamento, educação e saúde. Podem ser classificados em: favelas, cortiços, loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e conjuntos habitacionais degradados.

EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS: são considerados equipamentos comunitários todas as construções/estruturas realizadas por organizações da sociedade civil nas quais é prestado algum atendimento à população. Estão nessa categoria creches comunitárias, escolas, sedes de entidades (desde que prestem algum atendimento), quadras desportivas, entre outros.

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS: voltados ao atendimento das necessidades identificadas da população beneficiária, tais como: segurança, educação, desporto, lazer, comércio local, assistência social, convivência comunitária, atenção à infância, ao idoso, à pessoa com deficiência e à mulher responsável pelo domicílio e geração de trabalho e renda das famílias beneficiárias.

EQUIPE TÉCNICA: a equipe técnica é encarregada pelo planejamento, execução e avaliação das ações de Trabalho Social. Deverá ser multidisciplinar, constituída por profissionais com experiência de atuação comprovada em Trabalho Social em habitação ou saneamento, e com população de baixa renda.

FINANCIAMENTO DE PROJETOS: modalidade de apoio financeiro a organizações da sociedade civil com proposta de oferta de serviços à população. É realizado após processo seletivo entre todas as organizações da macroárea interessadas em concorrer.

MACROÁREA: região relativamente homogênea de pobreza, que inclui uma ou mais áreas de intervenção física, próximas e seu entorno, com o qual tal(ais) área(s) de intervenção interage(m) para acesso a serviços e equipamentos públicos, ao mercado de trabalho e a organizações sociais (comunitárias, ONGs e movimentos sociais). A macroárea é o território onde se concebe o projeto e no qual se realiza parte do trabalho social.

MAPEAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO: Estudo realizado na macroárea voltado a orientar o projeto sobre estratégias de inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho, considerando as demandas do mercado e o perfil da população.

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: são consideradas todas as livres agregações de pessoas, incluindo as informais, que se associam, sem fins lucrativos, para responder às necessidades locais, ao tempo em que prestam serviços concretos à população. Neste documento, essas organizações são chamadas também de entidades locais ou comunitárias. Apesar de o Trabalho Social atuar também com as informais, para a participação em algumas de suas ações será necessária a formalização.

PESQUISA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL: mapeamento censitário de todas as organizações e respectivas iniciativas localizadas na macroárea. Esta pesquisa é realizada na etapa de conhecimento e planejamento, com o propósito de delinear o perfil, dar início ao relacionamento com estas entidades e, a partir disso, realizar ações de fortalecimento voltadas para esse público.

PROJETO: iniciativa municipal ou estadual de habitação de interesse social que recebe recursos do Ministério das Cidades. É integrado por componentes de urbanização, equipamentos sociais e recuperação ambiental, trabalho social e regularização fundiária. O projeto também é conhecido como intervenção.

PROJETOS COMUNITÁRIOS: iniciativas de entidades locais com prazo e orçamento determinados voltados para o atendimento de demandas da população residente na área de intervenção.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: a Qualificação Profissional, considerada a dimensão subjetiva do trabalho, remete ao desenvolvimento de habilidades, ao autoconhecimento, à sociabilidade, à realização pessoal, simultaneamente à preparação para uma inserção ocupacional que possa assegurar renda aos jovens e levá-los à autonomia.

SISTEMA “S”: sistema formado por organizações criadas pelos setores produtivos (indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas) cuja finalidade é a qualificação e promoção do bem-estar social dos trabalhadores. As organizações que o integram são: i) SENAI, promove a educação profissional e a prestação de serviços de assistência técnica e tecnológica às empresas do setor; ii) SESI, promove a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes por meio de ações em educação, saúde e lazer; iii) IEL, promove o desenvolvimento da indústria através da capacitação empresarial e do apoio à pesquisa e à inovação tecnológica; iv) SENAC, educação profissional para trabalhadores do setor de comércio e serviços; v) SESC, promoção da qualidade de vida dos trabalhadores do setor de comércio e serviços; vi) SENAR, educação profissional para trabalhadores rurais; vii) SENAT, educação profissional para trabalhadores do setor de transportes; viii) SEST, promoção da qualidade de vida dos trabalhadores do setor dos transportes; ix) SEBRAE, programas de apoio ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas; e x) SESCOOP, aprimoramento e desenvolvimento das cooperativas e capacitação profissional dos cooperados para exercerem funções técnicas e administrativas.

TERRITÓRIO: o espaço onde é realizado o projeto. É composto pelo espaço físico-geográfico e diferentes atores com interesses nele – comunidade (em suas diversas representações), poderes públicos, movimentos sociais, agentes econômicos etc. Assim, o território é um conceito dinâmico, caracterizado por relações sociais, de poder, de convivência, e por interesses, expectativas e estratégias diversificadas.

TRABALHO SOCIAL: conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir do diagnóstico social, econômico, produtivo, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo

para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.

